

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Panamericano S.A. (“Panamericano”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativos ao semestre encerrado em 30 de junho de 2012, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Panamericano firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de contratos definitivos para a aquisição, por R\$ 940 milhões, de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”). A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários, por meio da Brazilian Securities, que é a maior Companhia securitizadora do Brasil. Esta aquisição adicionará à Companhia uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garantirá a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos 99 pontos de venda da BM Sua Casa.

Em 18 de janeiro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram as propostas da Administração para: (i) aumento do capital social do Panamericano no valor de até R\$ 1,8 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais na ocasião existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial (“Aumento de Capital”); (ii) alteração do Estatuto Social para criação de um Comitê de Remuneração; e (iii) incremento do dividendo obrigatório da Companhia, dos atuais 25% para 30% do lucro líquido ajustado no exercício social de 2012, sendo ainda majorado para 35% a partir do exercício social de 2013 (inclusive).

Em 31 de janeiro de 2012, os controladores do Panamericano integralizaram a totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias no Aumento de Capital. Desta forma, o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) exerceu seu direito de subscrição de 81.897.014 ações ordinárias, no valor total de R\$ 495,5 milhões, enquanto a Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) exerceu seu direito de subscrição de 78.685.354 ações ordinárias, no valor total de R\$ 476,0 milhões. Também em 31 de janeiro de 2012, conforme divulgado em Fato Relevante, o Panamericano assinou os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE.

Em 25 de abril de 2012 os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE. Em seguida, em 30 de abril de 2012, o Panamericano foi comunicado sobre o exercício, no âmbito do Aumento de Capital, pelo TPG-Axon BFRE Holding, LLC (“TPG-Axon”), dos direitos de preferência à subscrição a ele cedidos pelo BTG Pactual, no total de 30.095.978 ações preferenciais de emissão do Panamericano, correspondentes a 12,4% do total de ações preferenciais e 5,6% do total de ações emitidas pela Companhia, após o Aumento de Capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a homologação parcial do Aumento de Capital, com a subscrição de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, totalizando o montante de R\$ 1.758.929.416,75. Tendo em vista que o aumento de capital superou o valor de Subscrição Mínima, conforme definido no Aviso aos Acionistas datado de 18 de janeiro de 2012, as sobras não subscritas foram canceladas.

Em 08 de junho de 2012, o Bacen aprovou o Aumento de Capital, e em 11 de junho de 2012 aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Panamericano. Assim, a conclusão da aquisição da BFRE ficou à espera da verificação das demais condições precedentes pactuadas entre as partes.

ACORDOS OPERACIONAL E COMERCIAL

Em 26 de julho de 2010, a Caixa Econômica Federal (“Caixa”) e o Panamericano firmaram um Acordo Operacional que estabelece um regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Este acordo permanece válido em suas condições e seu objetivo de criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação do portfólio de produtos, entre outros, tendo em vista a complementaridade dos parceiros, continuará a ser perseguido.

Por ocasião da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Panamericano e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa firmou com o Banco, com a intervenção do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um novo Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Panamericano, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$ 8,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$ 2,0 bilhões. Estas operações serão realizadas em condições de mercado.

Em 25 de abril de 2012, o BTG Pactual e a Caixa aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31 de janeiro de 2011 para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplicará, observada a legislação aplicável, recursos adicionais em certificados de depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Panamericano.

Por fim, para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios da Companhia e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da BFRE, o Panamericano e a Caixa celebraram, também em 25 de abril de 2012, um Acordo Comercial por meio do qual a Caixa adquirirá, mediante solicitação da Companhia, letras de crédito imobiliário e certificados de recebíveis imobiliários, emitidos pelo Panamericano ou por Companhia hipotecária ou securitizadora por ele controlada, conforme o caso. Esse Acordo Comercial passou a vigorar, pelo prazo de 7 anos, a partir da conclusão da aquisição da BFRE.

AMBIENTE ECONÔMICO

Em relação ao ritmo da economia, os indicadores disponíveis apontam para uma aceleração tímida do PIB no 2º trimestre, bem aquém do esperado meses atrás. Em maio, a produção industrial apresentou sua terceira queda mensal consecutiva. Em 12 meses, o indicador apresenta declínio de 1,8%, o pior desempenho desde o começo de 2010. O varejo também surpreendeu para baixo em maio, depois de dois meses consecutivos de resultados positivos, embora mais fracos. Para junho, os números de atividade devem ter sido melhores. Os indicadores coincidentes apontam para alguma recuperação da produção industrial e o varejo refletir o bom desempenho das vendas de veículos no mês, graças à redução do IPI anunciada pelo Governo em fins de maio e aos esforços para melhorar as condições de crédito ao consumidor.

De modo geral, consideramos a evolução do crédito até o momento consistente com a expectativa de um crescimento mais moderado em 2012, em um ritmo pouco abaixo do que ocorreu no ano passado. Mas destacamos que houve melhoras nas condições em junho, com continuidade de queda nas taxas de juros, menores pressões na dinâmica da inadimplência e recuperação do financiamento de veículos. Continuamos esperando que os níveis de inadimplência e de endividamento das famílias ainda permaneçam como fatores importantes nos próximos meses. Destacamos também que até o momento a expansão das operações do BNDES e o crédito habitacional não perderam ritmo. À luz desses indicadores recentes, o PIB deve ter se expandido perto de 0,5% no 2º trimestre de 2012, resultado melhor do que o observado no 1º trimestre (0,2% q/q), mas abaixo do que antevíamos inicialmente (0,6-0,8% q/q). O significativo enfraquecimento da política monetária desde meados de 2011 e as várias outras medidas de estímulo tomadas pelo Governo sugerem uma aceleração da economia até o final do ano. No entanto, em virtude da fraqueza do início do ano, nossa projeção para o crescimento do PIB recuou para 2,2%, com riscos adicionais para baixo. A mediana do consenso de mercado atualmente se encontra em 1,9%, contra 3,3% no início do ano.

No que tange à inflação, o 2º trimestre registrou resultados mais favoráveis que o esperado. O IPCA encerrou em alta de apenas 1,1%, versus 1,4% no mesmo período de 2011. Mesmo assim, a inflação acumulada em 12 meses recuou apenas moderadamente, para 4,9% (contra 5,2% até março), já que os elevados resultados do ano passado se concentraram nos primeiros quatro meses do ano. Além disso, o desempenho mais favorável foi bastante influenciado pelo recuo temporário da inflação de bens duráveis, refletindo a redução do IPI para automóveis, e pelo recuo de impostos que absorveu o reajuste da gasolina, que mesmo assim não eliminou o desvio em relação à paridade internacional. Houve alguma melhora também na inflação de serviços. Assim, as medidas de núcleo recuaram mais rapidamente nas leituras recentes. De fato, a média de núcleos acumulada em 12 meses ficou em 5,4%, contra 6,0% no fim do 1º trimestre. Ainda que o risco de grandes desvios em relação à meta tenha se reduzido este ano, o desafio mais relevante continua sendo o desvio remanescente que ainda é esperado para 2013.

Quanto ao setor externo, o real depreciou-se em relação aos níveis observados no trimestre anterior e, desde meados de maio, flutuou majoritariamente na casa dos R\$ 2,0-2,1/US\$. Acentuou-se nesse período o descolamento do real em relação aos patamares que seriam justificados, segundo nossos modelos de acompanhamento, por fundamentos tradicionais do valor da moeda (tais como preços de *commodities* e prêmios de risco), e também o seu descolamento em relação aos patamares sugeridos pela correlação anterior com outras moedas-*commodity*. O mercado atribuiu peso aos ruídos regulatórios no mercado de câmbio, com seguidas alterações do IOF, e às intervenções do Bacen. Nossos exercícios mais recentes, entretanto, indicam que a postura da política monetária foi o principal determinante para o comportamento da taxa de câmbio. Em nosso novo cenário, assumindo alguma acomodação do ambiente de risco externo, relativa estabilidade dos demais fundamentos do real (CRB, CDS e DXY) e uma trajetória para a política monetária em linha com o consenso de mercado, vemos espaço para alguma apreciação do real nos próximos meses.

Os resultados fiscais do 2º trimestre decepcionaram e mostraram um cenário de maior dificuldade para o cumprimento da meta de superávit primário. As principais fontes de desapontamento foram as fracas receitas de impostos e contribuições e as fortes altas das despesas de custeio e do PAC. De um lado, a desaceleração das receitas reflete a debilidade da atividade econômica, mas também, em certa medida, as diversas desonerações de impostos. De outro lado, o forte aumento das despesas ainda não está sendo traduzido em aumento do investimento. Esperamos que o investimento público apresente maior crescimento a partir do 2º semestre, o que pode pressionar ainda mais os resultados primários. Mesmo assim, é bom lembrar que o Governo pode se beneficiar de receitas extraordinárias não administradas pela Receita Federal neste período, como a receita de dividendos de empresas estatais e de concessões. De qualquer maneira, em um cenário de receitas mais fracas e aumento de investimentos, está cada vez mais difícil manter o comprometimento com o superávit primário “cheio”, isto é, sem descontos das despesas do PAC.

Em relação à política monetária, como esperado, o Copom reduziu a taxa Selic em 50 pontos-base em sua reunião mais recente, trazendo-a para 8,0% ao ano. O comunicado da última reunião utilizou precisamente a mesma linguagem dos comunicados de abril e maio, o que interpretamos como sinal de que a taxa Selic deverá ser cortada mais uma vez em 50 pontos-base na reunião de agosto, para 7,5% ao ano. Diante do atual conjunto informacional, nosso cenário base é de que a taxa Selic termine o ciclo nesse patamar. Como cenário alternativo, vemos um corte adicional de 25 pontos-base em outubro, com a taxa Selic estabilizando-se então nesse patamar de 7,25% ao ano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Neste contexto de desaceleração da expansão do mercado de crédito e crescente inadimplência dos indivíduos, aliados à continuidade dos processos de redirecionamento estratégico e reestruturação operacional do Panamericano, que se estenderão pelo restante do ano, a administração seguiu adotando uma postura mais conservadora na originação de novas operações de crédito, incluindo os critérios mais restritivos de aprovação que vêm sendo praticados desde o fim de 2011. Este posicionamento colaborou para que a originação de ativos de crédito no 2º trimestre de 2012 lvesse a média mensal de R\$ 517,0 milhões, 0,2% acima dos R\$ 515,8 milhões do 1º trimestre de 2012 e 3,8% superior aos R\$ 498,2 milhões do 2º trimestre de 2011.

Os efeitos negativos decorrentes da originação ainda baixa, no entanto, devem ser mais do que compensados, ao longo do tempo, pela redução da inadimplência nas carteiras de crédito da Companhia. Esta redução deve ser impulsionada, além do efeito dos critérios mais restritivos de aprovação, também pelo crescimento das carteiras de automóveis novos, consignado e empresas, reforçando a estratégia de crescimento do Panamericano em segmentos de menor risco, especialmente em um ambiente de *spreads* mais baixos, e pela postura ainda mais restritiva adotada recentemente por alguns competidores, particularmente no financiamento de veículos, o que incrementou a demanda pelas nossas operações, inclusive por parte de tomadores de menor risco.

Cabe ressaltar ainda que, com a recuperação das vendas de veículos a partir do fim de maio, além dos resultados decorrentes da reestruturação das operações em crédito consignado, crédito pessoal e CDC, entre outras, a originação de ativos de crédito do Panamericano apresentou clara tendência de recuperação ao longo do trimestre. Desta forma, a originação média mensal de R\$ 517,0 milhões no 2º trimestre de 2012 foi composta pela originação de ativos de crédito no valor de R\$ 396,5 milhões em abril, R\$ 516,5 milhões em maio e R\$ 638,2 milhões em junho. Na ausência de mudanças materiais no ambiente econômico, esta recuperação deve se sustentar ao longo da segunda metade do ano. A Carteira Total de Crédito era de R\$ 10,8 bilhões ao final do 2º trimestre, 5,7% maior do que a carteira de R\$ 10,2 bilhões em março de 2012 e 6,0% maior do que o R\$ 10,2 bilhões de junho de 2011. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$ 6,9 bilhões; (ii) os créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$ 1,6 bilhão; (iii) a totalidade das carteiras cedidas a FIDCs, no valor de R\$ 1,7 bilhão, sendo que o Banco detinha cotas dos referidos FIDCs no valor de R\$ 545,3 milhões; e (iv) o saldo das operações de *leasing*, de R\$ 497,0 milhões.

O saldo da carteira de crédito com resultado retido, que exclui da carteira total os créditos cedidos com coobrigação e, desta forma, fornece a medida da carteira que rende receitas para a Companhia, por sua vez, teve crescimento de 9,6% em relação ao trimestre anterior e de 29,4% em relação ao mesmo trimestre de 2011. O crescimento desta carteira foi impulsionado, no 2º trimestre, pela decisão da administração de não ceder direitos creditórios no período, tendo em vista a elevada capitalização da Companhia após o Aumento de Capital e a melhor qualidade de crédito das carteiras originadas nas safras mais recentes, que torna a retenção destas carteiras muito atraente para a geração de resultados futuros do Banco.

O crédito para Pessoas Físicas correspondia a 84,9% da carteira total no final de junho de 2012, mostrando maior diversificação da carteira em relação aos 89,9% de participação do crédito para Pessoas Físicas registrados no final de junho de 2011.

Financiamento de Veículos

As medidas macroprudenciais adotadas em dezembro de 2010 tiveram fortes efeitos na evolução dos *spreads* e do prazo médio das operações de financiamento de veículos ao longo de 2011. De acordo com o Bacen, em 2011 os *spreads* acumularam alta de 3,3 p.p. e o prazo médio sofreu retração de 35 dias. Este movimento se manteve até o 1º trimestre de 2012, quando os *spreads* cobrados tiveram elevação adicional de 1,1 p.p. e o prazo médio das operações recuou mais 15 dias. A combinação de *spreads* maiores com menor prazo médio provocou o aumento da parcela média paga pelos consumidores.

Já no 2º trimestre de 2012, os *spreads* cobrados apresentaram queda significativa, de 4,5 p.p., enquanto o prazo médio das operações continuou se reduzindo, desta vez em mais 17 dias. Assim, o movimento de elevação dos atrasos perdeu sua força, com a taxa de inadimplência acima de 90 dias, que atingiu a máxima histórica de 6,1% em maio de 2012, fechando o semestre em 6,0%. Este patamar, no entanto, ainda é 0,3 p.p. maior do que o registrado no fim do trimestre anterior (com ajuste sazonal) e 2,3 p.p. maior do que em junho de 2011.

De acordo com a Fenabrave, a venda total de veículos teve queda de 0,7% no 2º trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do ano passado, com a comercialização de veículos usados crescendo 2,1% e as vendas de veículos novos registrando queda de 6,1% na mesma comparação. Ainda assim, segundo o Bacen, o saldo de crédito para aquisição de veículos (CDC) totalizou R\$ 182,2 bilhões no 2º trimestre de 2012, com alta real de 1,6% contra o trimestre anterior e de 10,0% contra o mesmo trimestre de 2011. Esta modalidade representa 26,5% do saldo de crédito livre destinado às famílias. Já a carteira de *leasing*, que representa 3,0% do saldo de crédito para as famílias, continua se retraindo, e acumula queda real de 13,7% no trimestre e de 46,1% nos últimos doze meses.

As concessões de crédito para aquisição de veículos (CDC) totalizaram R\$ 22,9 bilhões no 2º trimestre de 2012, com queda de 2,4% em relação ao trimestre anterior (em termos dessazonalizados) e de 12,6% em relação ao mesmo trimestre de 2011. Os dados de junho, no entanto, mostram a recuperação do segmento, com o impacto favorável da já mencionada redução na alíquota de IPI na venda de automóveis.

O financiamento de veículos continuou sendo o principal mercado de atuação da Companhia. Foram concedidos R\$ 811,5 milhões em novos financiamentos no 2º trimestre de 2012, incluindo as operações de arrendamento mercantil, comparados aos R\$ 865,4 milhões originados no trimestre anterior e aos R\$ 987,6 milhões originados no 2º trimestre de 2011. A redução da originação de financiamentos de veículos no trimestre se concentrou nos segmentos de motos e veículos usados, onde foi causada, sobretudo, pela maior cautela na aprovação de novas operações, tendo em vista o persistente aumento da inadimplência nestes mercados. As figuras abaixo demonstram alguns efeitos das medidas adotadas sobre a originação de financiamentos de veículos do Banco.

O Banco está ativamente presente em 5.441 concessionárias e revendedoras de veículos novos e usados. Sua estratégia, reforçada com a contratação da nova equipe, tem sido orientada pela busca de maior participação no segmento de automóveis novos. Neste sentido, cabe destacar que, no 2º trimestre de 2012, o financiamento de automóveis novos teve crescimento de 26,1% sobre o trimestre anterior, respondendo por 52,1% do financiamento de veículos leves e 37,3% do financiamento total de veículos no período, percentuais comparados, respectivamente, aos 47,0% e 27,7% do trimestre anterior.

Crédito Pessoal

Segundo o Bacen, o saldo de crédito pessoal, incluindo consignado, totalizou R\$ 267,9 bilhões no 2º trimestre de 2012, acumulando alta real de 7,3% e 12,3%, respectivamente, contra o final de 2011 e o mesmo trimestre do ano passado. A modalidade representa 38,9% do saldo de crédito livre destinado às famílias. A taxa de inadimplência acima de 90 dias atingiu 5,7% em junho de 2012, com altas de 0,5 e 1,1 p.p. no trimestre (com ajuste sazonal) e nos últimos 12 meses, respectivamente.

O saldo de crédito consignado, que representa aproximadamente 65% do crédito pessoal total, aumentou 7,7% em termos reais no 1º semestre de 2012 em relação ao último semestre de 2011. No mesmo período, a taxa real de crescimento do saldo destinado aos trabalhadores públicos foi de 7,1% e, no caso dos trabalhadores privados, o avanço real foi de 11,6%. Em relação ao 1º semestre de 2011, o saldo consignado total acumula alta real de 12,1%, sendo 11,6% para trabalhadores públicos e 15,7% para os privados.

Atualmente, os empréstimos consignados para trabalhadores privados correspondem a 14,9% do crédito consignado total, a maior participação em sete anos. Com a maturação do mercado de empréstimos para servidores públicos, este nicho tem melhores perspectivas de crescimento a médio e longo prazo. As concessões de crédito consignado acumuladas no trimestre registraram crescimento real de 26,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O Panamericano concedeu R\$ 322,3 milhões em novos financiamentos de crédito consignado no 2º trimestre de 2012, valor 78,3% maior do que os R\$ 180,8 milhões do trimestre anterior. A gradual retomada das operações de crédito consignado, cuja produção acelerou ao longo do trimestre até atingir uma originação de R\$ 115,5 milhões no mês de junho, está sendo impulsionada pela reestruturação dos processos da área, ainda em curso, incluindo a revisão dos processos de aprovação de crédito e dos roteiros operacionais de cada órgão. Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$ 98,9 milhões em novos financiamentos entre abril e junho, um aumento de 3,1% em relação ao trimestre anterior. A soma das modalidades de crédito para Pessoas Físicas correspondeu a 79,5% da originação total de créditos do Panamericano no 2º trimestre de 2012, comparados aos 73,9% do trimestre anterior.

Cartões

No 2º trimestre de 2012, foram emitidos 38,3 mil novos cartões de crédito pelo Panamericano, entre titulares e adicionais, nas bandeiras MasterCard e Visa. A base de contas de cartões de crédito, distribuída entre institucionais e híbridos, atingiu em junho 1,6 milhão de contas, equivalentes a 2,5 milhões de cartões na base. O valor transacionado com os cartões de crédito Panamericano somou o montante de R\$ 569,0 milhões no 2º trimestre do ano, com 5,9 milhões de transações.

Ao longo dos últimos quinze meses, o Banco revisitou todo o ciclo de vida da sua base de cartões de crédito, com o objetivo de tornar mais eficientes as ações para ampliar a rentabilidade do negócio. Neste sentido, foram redesenhadas as ações de ativação e iniciadas melhorias no programa de recompensas Maxi Bônus e nos processos de recuperação de créditos. Além disso, outras medidas foram tomadas para reduzir despesas e elevar as margens da operação, tais como a renegociação de parcerias de emissão de cartões *co branded*, a implantação de modelos de concessão de crédito mais completos e estruturados e a racionalização dos investimentos para expansão da base.

Como parte dessas medidas, no 2º trimestre de 2012 foram canceladas 200 mil contas de cartões de crédito inativas há mais de um ano, gerando redução de despesas com processamento e comissões para as bandeiras. Como resultado desta e de outras ações de racionalização de custos e investimentos, as despesas administrativas da área de cartões caíram, no período, 7,8% em relação ao trimestre anterior e 18,4% na comparação com o 2º trimestre de 2011.

Outro fator importante é a redução na despesa de Provisão para Devedores Duvidosos de cartões no 2º trimestre de 2012, de 27,9% em relação ao trimestre anterior e 64,9% em relação ao 2º trimestre de 2011, o que reflete o aprimoramento dos modelos de concessão e a melhor performance na recuperação de créditos.

Empresas

De acordo com o Bacen, as concessões totais de crédito para empresas totalizaram R\$ 362,6 bilhões no 2º trimestre de 2012, com alta real dessazonalizada de 2,7% sobre o trimestre anterior, e de 4,4% na comparação com o mesmo trimestre de 2011. As modalidades de capital de giro, conta garantida e adiantamento de contratos de câmbio (“ACC”) registraram variações reais dessazonalizadas contra o trimestre anterior de 5,2%, -3,3% e 18,8%, respectivamente. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, as variações reais foram de 20,9%, -6,2% e 7,8%, respectivamente. A taxa de inadimplência acima de 90 dias ficou em 4,0% da carteira de crédito em junho de 2012, registrando redução de 0,2 p.p. (com ajuste sazonal) na comparação com o trimestre anterior, e alta de 0,2 p.p. nos últimos 12 meses.

A concessão de novos financiamentos do Panamericano para empresas foi de R\$ 318,4 milhões no 2º trimestre de 2012, com queda de 21,6% em relação ao 1º trimestre de 2012 e crescimento de 204,7% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Desta forma, a carteira atingiu R\$ 1.157,3 milhões no final de junho, com expansão de 9,3% e 130,7%, respectivamente, em relação ao trimestre anterior e ao 2º trimestre de 2011. Cabe destacar que o saldo das operações de ACC era de R\$ 273,7 milhões no final de junho, contra R\$ 190,7 milhões no final de março de 2012, representando uma elevação de 43,5% no trimestre.

Captação de Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$ 11,3 bilhões em junho, 6,1% abaixo do saldo de R\$ 12,0 bilhões no final do 1º trimestre de 2012. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo, interbancários, letras financeiras e letras de crédito do agronegócio, que correspondiam a 53,1% do total, ou R\$ 6,0 bilhões; (ii) as cotas de terceiros em FIDCs exclusivamente de créditos originados pelo Banco, representando 8,5% do total, ou R\$ 1,0 bilhão; (iii) as cessões de crédito, com 14,4% do total, ou R\$ 1,6 bilhão; (iv) as emissões de títulos e dívida subordinada no valor de R\$ 2,1 bilhões, equivalentes a 18,4% do total; e (v) as captações no mercado aberto, com 5,0% do total ou R\$ 0,6 bilhão.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da nova composição acionária, o Banco vem adotando uma política de redução dos custos de captação e praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Como consequência, o saldo de captações através de depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (“DPGE”) foi novamente reduzido, terminando o 2º trimestre de 2012 em R\$ 789,0 milhões, 12,1% abaixo dos R\$ 897,7 milhões do final do 1º trimestre de 2012 e 55,4% abaixo dos R\$ 1.770,1 milhões do 2º trimestre do ano anterior. Em 30 de junho de 2012, os depósitos a prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos e investidores institucionais, com participação de 39,3%; (ii) pessoas jurídicas, com 31,0%; e (iii) pessoas físicas, com 29,7%. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Panamericano declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Custos e Despesas

O 1º trimestre de 2012 continuou refletindo o permanente esforço de redução de custos e despesas implementado a partir de 2011. Desta forma, a soma das despesas de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas permaneceu praticamente estável na comparação com o 1º trimestre de 2012 e com o mesmo trimestre do ano anterior, já expurgados os efeitos das cessões de créditos sem coobrigação. As principais linhas de despesas foram equilibradas, e foi criado um grupo de trabalho dedicado ao acompanhamento semanal de todos os gastos e investimentos.

A adequação da estrutura de custos do Panamericano à sua capacidade de originação de receitas é analisada de forma contínua. Assim, caso o ambiente econômico se deteriore de modo interferir na evolução do nosso plano de negócios, novas medidas de ajuste serão tomadas para garantir tal adequação.

LUCRO LÍQUIDO, PATRIMÔNIO E ALAVANCAGEM

O Panamericano apresentou no 2º trimestre de 2012 um resultado negativo de R\$ 262,5 milhões no balanço consolidado, comparado ao lucro líquido de R\$ 2,9 milhões no trimestre anterior e ao prejuízo de R\$ 25,5 milhões no 2º trimestre de 2011. A variação do resultado do 2º trimestre de 2012 em relação ao resultado do trimestre anterior se deve, sobretudo, à decisão da administração de não ceder direitos creditórios no período, conforme já mencionada anteriormente, enquanto no 1º trimestre foram cedidos direitos creditórios no valor de R\$ 1.216,4 milhões, sem coobrigação, com impacto relevante sobre o resultado daquele trimestre. Em contrapartida a não antecipação de resultados sobre a carteira cedida, no entanto, a decisão de reter toda a carteira acumulada neste trimestre acelerou o crescimento da carteira com resultados retidos, que é fundamental para garantir a geração de resultados futuros perenes para o Panamericano.

No 1º semestre de 2012, o resultado acumulado foi negativo em R\$ 259,6 milhões, comparado ao resultado positivo de R\$ 50,6 milhões no 1º semestre de 2011. Da mesma forma, o pior resultado na primeira metade de 2012 se deve ao menor volume de créditos cedidos sem coobrigação no período, de R\$ 1,2 bilhão, comparados aos R\$ 4,1 bilhões cedidos durante o 1º semestre de 2011.

O Patrimônio Líquido consolidado era de R\$ 2.727,7 milhões em junho de 2012, comparado a R\$ 2.202,3 milhões em março de 2012 e R\$ 1.227,3 milhões no final de 2011. A elevação do Patrimônio Líquido neste semestre se deve à integralização de R\$ 1.758,9 milhões referentes ao Aumento de Capital, sendo: (i) R\$ 971,5 milhões integralizados em janeiro de 2012 pelos acionistas controladores, referentes à totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias; e (ii) R\$ 787,4 milhões integralizados em maio de 2012 pelos acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia.

O Índice de Basileia era de 20,13% em 30 de junho de 2012, comparado a 14,13% em 31 de março de 2012. O valor da Margem Operacional foi de R\$ 1.065,5 milhões no 2º trimestre, superior aos R\$ 43,6 milhões no final do 1º trimestre.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Panamericano no semestre não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de julho de 2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE, por meio da qual foi criado o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos (“Brazilian Capital”).

Adicionalmente, também em 19 de julho de 2012 e após a cisão descrita acima, foi concluída a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e consequentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução das medidas de reestruturação operacional do Panamericano e na aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 06 de agosto de 2012.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	Banco		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Banco		Consolidado	
		30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011			30/06/2012	30/06/2011		
Circulante		5.239.434	4.657.422	6.251.530	5.589.341	Circulante		5.676.693	4.899.343	6.849.799	6.195.504
Disponibilidades	5	11.948	759	12.861	8.702	Depósitos	15.a	3.206.678	1.712.064	3.204.010	1.709.846
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.397.241	1.321.768	1.372.796	927.562	Depósitos à vista		55.404	42.463	52.737	41.353
Aplicações no mercado aberto		1.215.125	612.189	1.215.125	612.189	Depósitos interfinanceiros		2.179.152	128.939	2.179.152	128.939
Aplicações em depósitos interfinanceiros		182.116	709.579	157.671	315.373	Depósitos a prazo		972.122	1.540.662	972.121	1.539.554
Ativos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	53.375	26.359	193.725	126.623	Carteiras no mercado aberto	15.b	484.483	536.614	455.963	166.995
Carteira própria		792	21.375	141.141	121.606	Carteira própria		440.048	207.354	440.048	116.996
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	52.305	4.984	52.305	4.984	Carteira de terceiros		44.435	329.260	15.915	49.999
Vinculados à prestação de garantias		278	-	278	-	Recursos de aceites e emissão de títulos	15.c	797.939	14.332	797.939	14.332
Outras aplicações		-	-	1	33	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		380.285	-	380.285	-
Relações interfinanceiras		60.776	20.921	60.776	20.921	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		417.654	14.332	417.654	14.332
Pagamentos e recebimentos a liquidar		40.283	10.843	40.283	10.843	Relações interfinanceiras		300.824	1.367.438	293.792	1.332.211
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		1.149	936	1.149	936	Recebimentos e pagamentos a liquidar		4.223	5.780	4.223	5.780
Correspondentes no país		19.344	9.142	19.344	9.142	Correspondentes no país	16	296.601	1.361.658	289.569	1.326.431
Relações interdependências		-	105	-	105	Relações interdependências		10.853	1.437	10.853	1.437
Transferências internas de recursos		-	105	-	105	Recursos em trânsito de terceiros		10.853	1.437	10.853	1.437
Operações de crédito	8	2.096.022	1.380.218	2.607.815	1.976.247	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	971	272.820	971	272.820
Operações de crédito - setor privado		2.612.697	1.894.374	3.485.402	2.586.240	Instrumentos financeiros derivativos		971	272.820	971	272.820
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(516.675)	(514.156)	(877.587)	(609.993)	Outras obrigações		874.945	994.638	2.086.271	2.697.863
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	200.096	326.020	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		37.670	14.236	37.670	14.236
Operações de arrendamento a receber		-	-	242.530	355.297	Sociais e estatutárias		11	11	11	37
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(42.434)	(29.277)	Fiscais e previdenciárias	19.a	12.820	35.282	126.320	88.879
Outros créditos		1.527.315	1.829.840	1.671.067	2.060.119	Provisões técnicas de seguros e previdência	20.d	-	-	124.109	106.702
Carteira de câmbio	9	301.894	-	301.894	-	Negociação e intermediação de valores		1.145	-	1.145	610
Rendas a receber		9.899	6.683	9.904	6.683	Dividas subordinadas	17	51.694	22.007	51.694	22.007
Negociação e intermediação de valores		14.167	9.463	14.932	10.427	Diversas	19.b	71.605	923.102	1.745.296	2.465.418
Prêmios de seguros a receber		-	-	10.179	9.541						
Diversos	10	828.359	1.369.107	961.162	1.588.881	Exigível a Longo Prazo		4.895.643	4.403.407	5.091.824	4.667.790
Títulos e créditos a receber	8 e 10	397.030	513.022	397.030	513.022	Depósitos	15.a	1.578.640	1.811.432	1.569.219	1.809.244
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(24.034)	(68.435)	(24.034)	(68.435)	Depósitos interfinanceiros		80.540	7.224	80.540	7.224
Outros valores e bens		92.757	77.452	132.394	143.042	Depósitos a prazo		1.498.100	1.804.208	1.488.679	1.802.020
Outros valores e bens	11.a	108.409	143.505	116.606	152.865	Captações no mercado aberto	15.b	126.457	117.170	109.197	117.170
(Provisão para desvalorização)	11.a	(77.116)	(90.440)	(82.874)	(96.415)	Carteira própria		126.457	117.170	109.197	117.170
Despesas antecipadas	11.b	61.464	24.387	98.662	86.592	Recursos de aceites e emissão de títulos	15.c	1.473.701	770.432	1.473.701	770.432
Realizável a Longo Prazo		7.918.159	5.730.009	8.386.337	6.457.904	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		890.277	5.714	890.277	5.714
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.a	424.950	449.699	89.893	135.226	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		583.424	764.718	583.424	764.718
Ativos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.932.302	2.100.425	1.580.388	1.035.197	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	209	164.217	209	164.217
Carteira própria		1.072.977	1.294.336	721.063	229.108	Instrumentos financeiros derivativos		209	164.217	209	164.217
Vinculados a compromissos de recompra		567.022	325.316	567.022	325.316	Outras obrigações		1.716.636	1.540.156	1.939.498	1.806.727
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	210.464	17.790	210.464	17.790	Fiscais e previdenciárias	19.a	576.826	469.797	754.354	706.215
Vinculados à prestação de garantias		81.839	462.913	81.839	462.913	Dividas subordinadas	17	1.020.753	965.953	1.020.753	965.953
Operações de crédito	8	3.365.092	1.581.516	4.024.461	2.858.226	Diversas	19.b	119.057	104.406	164.391	134.559
Operações de crédito - setor privado		3.636.166	1.714.917	4.428.487	3.062.145						
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(271.074)	(133.401)	(404.026)	(203.919)	Resultados de Exercícios Futuros		1.353	143	1.353	143
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	209.964	487.222	Resultados de exercícios futuros		1.353	143	1.353	143
Operações de arrendamento a receber		-	-	254.490	530.975						
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(44.526)	(73.753)	Participação de Acionistas Minoritários		-	-	23	1.934
Outros créditos		2.001.348	1.519.010	2.252.088	1.755.143	Participação de acionistas minoritários		-	-	23	1.934
Créditos específicos		-	-	3.119	-						
Diversos	10	2.001.348	1.519.010	2.248.969	1.755.143	Patrimônio Líquido		2.835.814	1.387.190	2.727.746	1.227.721
Outros valores e bens		194.467	79.359	229.543	186.890	Capital social:	21	2.867.020	1.108.091	2.867.020	1.108.091
Despesas antecipadas	11.b	194.467	79.359	229.543	186.890	De domiciliados no país		2.779.516	1.012.648	2.779.516	1.012.648
Permanente		251.910	302.652	32.878	45.847	De domiciliados no exterior		87.504	95.443	87.504	95.443
Investimentos		234.042	286.068	1.026	1.019	Reservas de capital		172	172	172	172
Participações em controladas	12.a	233.582	285.615	-	-	Reservas de lucros		290.121	-	290.121	-
Outros investimentos	12.b	460	453	1.026	1.019	Ajustes de avaliação patrimonial		1.077	(13)	1.077	(13)
Imobilizado de uso	13	6.514	7.859	10.255	36.034	Lucros/(prejuízos) acumulados		(322.576)	278.940	(430.644)	119.471
Imóveis de uso		-	-	3.162	30.222						
Outras imobilizações de uso		36.744	37.257	37.720	37.662	Total do Passivo		13.409.503	10.690.083	14.670.745	12.093.092
(Depreciações acumuladas)		(30.230)	(29.398)	(30.627)	(31.850)						
Intangível	14	11.354	8.725	21.597	8.794						
Ativos intangíveis		22.083	16.704	33.582	17.571						
(Amortizações acumuladas)		(10.729)	(7.979)	(11.985)	(8.777)						
Total do Ativo		13.409.503	10.690.083	14.670.745	12.093.092						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

Nota Explicativa	Banco		Consolidado	
	1º Semestre 2012	1º Semestre 2011	1º Semestre 2012	1º Semestre 2011
Receitas de Intermediação Financeira				
Rendas de operações de crédito	8.h	1.291.599	1.261.617	1.681.260
Resultado de operações de arrendamento mercantil		1.008.516	1.427.899	1.579.497
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	-	-	62.213
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	54.893	76.541	138.295
Resultado de operação de câmbio		192.187	(242.851)	192.187
		36.003	28	36.003
Despesas da Intermediação Financeira				
Operações de captação no mercado	15.d	(1.211.132)	(597.422)	(1.458.843)
Operações de empréstimos e repasses		(626.107)	(262.972)	(676.212)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.d	(584.835)	(334.435)	(782.441)
				(499.236)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		80.467	664.195	222.417
				771.249
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Receitas de prestação de serviços	22	(126.879)	(630.973)	(657.357)
Resultado de equivalência patrimonial	12.a	612.690	152.898	136.771
Receita de prêmios ganhos de seguros	20.e	(5.179)	47.277	-
Despesas de sinistros retidos	20.e	-	-	50.064
Despesas de pessoal	23	(53.843)	(24.790)	(91.385)
Outras despesas administrativas	24	(514.718)	(710.113)	(535.878)
Despesas tributárias	25	(45.566)	(70.306)	(61.978)
Outras receitas operacionais	26.a	106.765	180.070	127.666
Outras despesas operacionais	26.b	(227.028)	(206.009)	(264.038)
Resultado Operacional		(532.412)	33.222	(434.940)
				54.957
Resultado não Operacional	27	(38.245)	(72.058)	(35.486)
				(70.966)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(570.657)	(38.836)	(470.426)
				(16.009)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	31.a	248.081	71.062	210.836
Provisão para imposto de renda		4.676	(6.769)	(16.333)
Provisão para contribuição social		2.806	(4.061)	(17.906)
Ativo fiscal diferido		240.599	81.892	245.075
				117.907
Participação de Acionistas Minoritários		-	-	8
				(232)
Prejuízo/Lucro Líquido		(322.576)	32.226	(259.582)
				50.624
Prejuízo/Lucro Líquido por Ação em Circulação - Em R\$				
(Representado por 244.343.940 ações em 2012 e 2011)		(0,60)	0,13	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

Nota Explicativa	Banco		Consolidado	
	1º Semestre 2012	1º Semestre 2011	1º Semestre 2012	1º Semestre 2011
Receitas				
Intermediação financeira	528.417	774.400	737.119	940.322
Prestação de serviços	1.291.599	1		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. ("Banco" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco atua principalmente nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, consignado, financiamentos de veículos, máquinas e equipamentos, e financiamento a empresas. Por intermédio de suas controladas diretas e indiretas, atua também nas áreas de arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos, prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais - DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de "funding" para as suas operações, o Banco adotou a política de proceder à gestão de créditos de sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDCs") constituídos com essa finalidade. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações (nota explicativa nº 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações com FIDCs, quando aplicável, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Em 27/05/2011, o Banco BTG Pactual S.A. concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em reunião realizada em 30/03/2011, aprovando definitivamente a transferência das ações em 13/06/2011.

Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco Panamericano, conforme acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31/01/2011.

Em decorrência do acima exposto, a CAIXA e o Banco Panamericano, com a intervenção do Banco BTG Pactual, firmaram Acordo de Cooperação Operacional pelo prazo de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado, onde a CAIXA se compromete a adquirir créditos do Banco, sempre que este desejar CDIs, sem coobrigação, até o limite de R\$ 8,0 bilhões (oito bilhões de reais), além do reforço de liquidez através de aquisição de depósitos interfinanceiros (DI), que é suportado por limite de crédito de R\$ 2,0 bilhões (dois bilhões de reais), sem qualquer subsídio nessas operações.

O Banco BTG Pactual S.A. apresentou à Comissão de Valores Mobiliários em 17/06/2011 pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações preferenciais de emissão do Banco Panamericano (OPA) aos demais acionistas, pelo mesmo preço pago pelas ações do ex-acionista controlador. No dia 16/09/2011, foi realizado o leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações, por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. No leilão da OPA, o Banco BTG Pactual S.A. adquiriu 4.552 (quatro mil quinhentas e cinquenta e duas) ações preferenciais do Banco Panamericano, que representam 0,004% (quatro milésimos por cento) das ações dessa espécie, sendo que os acionistas titulares de 656 (seiscentas e cinquenta e seis) ações preferenciais da Instituição optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Vista, conforme definida no Edital da OPA, e os demais, titulares de 3.896 (três mil oitocentas e noventa e seis) ações preferenciais da Instituição, optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção a Prazo, conforme definida no Edital.

Com as ações preferenciais adquiridas no referido leilão, o Banco BTG Pactual passou a ser titular de 24.716.838 (vinte e quatro milhões, setecentas e dezesseis mil, oitocentas e trinta e oito) ações preferenciais da Instituição, e deter participação de 37,64% (trinta e sete, sessenta e quatro por cento) do capital social do Panamericano.

A composição acionária atual no Banco Panamericano é representada como segue:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	%	Total	%	
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.346	51,00	33.114.219	13,65	182.270.565	34,06
Caixa Participações S.A. - Caixa	143.307.049	49,00	54.802.722	22,59	198.109.771	37,03
Conselho de Administração	-	-	-	-	5	-
Mercado	5	-	154.695.734	63,76	154.695.734	28,91
Total	292.463.400	100,00	242.612.675	100,00	535.076.075	100,00

A composição acionária atual considera o aumento de capital social aprovado em AGE realizada em 18/01/2012, onde foram subscritas e integralizadas um total de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.758.929. O processo foi aprovado pelo BACEN em 08/06/2012.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco Panamericano S.A. ("Banco") estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs ("Consolidado"), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 - Provisão es, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; e
7. CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30/06/2012, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 06/08/2012.

As sociedades controladas incluem na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	30/06/2012	30/06/2011
Controladora Direta:		
Panamericana Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Panamericana de Seguros S.A.	99,99	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda.	99,99	99,99
Controladora Indireta:		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99
Entidades de Propósitos Específicos - EPES:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco Panamericano ("Caixa CDC FIDC") (a) (b)	100,00	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco Panamericano ("Caixa Master CDC FIDC") (a) (c)	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F BP - Financeiro ("FIDC FBP") (a)	100,00	100,00
(a) O percentual está representado pelas cotas subordinadas e/ou da coobrigação aos créditos cedidos aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios FIDCs, detidos pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07;		
(b) Atual denominação do Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos ("Autopan FIDC"); e		
(c) Atual denominação do Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos ("Master Pan FIDC").		

Demonstrações Financeiras Consolidadas
Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas estão sendo apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de "Outras Obrigações - Diversas", líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, sendo que cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica "Rendas de Operações de Crédito", na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento na rubrica "Operações de captação no mercado". A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários", foi eliminada contra a rubrica "Operações de captação no mercado", com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica "Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil".

Empresas Controladas - As empresas controladas (direta e indiretamente) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas representam, resumidamente, as seguintes situações patrimoniais e de resultado, as quais não contemplam as eliminações e reclassificações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Demonstração do Resultado - Semestre findo em 30 de junho	Direta		Indireta	
	Panamericano Arrend. Merc. S.A.		Panamericano Adm. e Corret. de Seguros e Prev. Priv. Ltda.	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Resultado bruto da intermediação financeira	(9.031)	36.544	100	3
Outras receitas (despesas) operacionais	(42.625)	(27.818)	5.920	(168)
Resultado de equivalência patrimonial	670	183	-	2.519
Resultado não operacional	2.079	1.083	-	680
Imposto de renda e contribuição social	19.835	19.705	(1.870)	-
Prejuízo/Lucro Líquido	(29.072)	29.697	4.150	(165)

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) - Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (circumvenção, repasse e cobrança) e que o mesmo atende a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Os FIDCs foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados e possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
FIDC F BP Financeiro	BEM DTVM Ltda.	Condomínio aberto	Indeterminado	Sem prazo inicial de carência para resgate das cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, até às 14h, o pagamento será realizado no mesmo dia; contudo, se não houver liquidez suficiente na data de pagamento, poderá ser proposto ao colista sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate.

I. Objeto, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs.
O objetivo dos FIDCs é adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor - CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.
Conforme estabelecido nos regulamentos dos FIDCs, esses buscam, mas não garantem, atingir rentabilidade de percentual da taxa DI, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	108
Caixa Master CDC FIDC	112
FIDC F BP - Financeiro	SELIC + 2% a.a.

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs.
Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130
FIDC F BP - Financeiro	80
(a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco Panamericano passou a subscrever apenas partes das cotas subordinadas. Em 30/06/2012, o Banco possui em cotas subordinadas o montante de R\$ 325.179 de um total em R\$ 561.975 (30/06/2011 - R\$ 832.435 e R\$ 1.043.650, respectivamente).	

A diferença do Patrimônio Líquido dos FIDCs é representada pelas cotas subordinadas. Esta relação é apurada diariamente e informada aos cotistas mensalmente.

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.
Não há previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizadas e a realizar com o FIDC F BP Financeiro, Caixa CDC FIDC e o Caixa Master CDC FIDC. O Banco subscreve e deve manter, no mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer, porventura, o desequilíbrio, o Banco, na qualidade de colista subordinado, quando notificado, tem a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.

No 1º semestre de 2011, o Banco havia cedido aos FIDCs operações de crédito, no montante de R\$ 379.707, sem coobrigação (não houve cessões aos FIDCs em 2012). As operações de cessões de crédito geraram resultado no 1º semestre de 2011, de R\$ 79.018, integralmente reconhecido no resultado individual do período na rubrica "Rendas de Operações de Crédito" e eliminado no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no Caixa CDC FIDC, no Caixa Master CDC FIDC e no FIDC F BP Financeiro, foi reconhecida no 1º semestre de 2012, despesa de R\$ 96.813 (R\$ 85.595 - 1º semestre de 2011), registrada contabilmente na rubrica de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários", na demonstração de resultado individual - e eliminada no processo de consolidação das demonstrações financeiras - em função da desvalorização das cotas dos referidos fundos.

Em 30/06/2012 e 30/06/2011, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC	Caixa Master CDC FIDC	FIDC FBP Financeiro
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012
Ativo			
Disponibilidades	1	5	2
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	7.378	90.358	21.143
TVM	-	-	-
Direitos creditórios	208.845	340.733	1.257.121
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(53.147)	(20.249)	(254.520)
Outros valores	-	175	130
Total do Ativo	163.077	411.022	893.746
Passivo			
Outras Obrigações	85	546	456
Patrimônio Líquido	162.992	410.476	893.290
- Cotas seniores	29.949	97.294	331.315
- Cotas subordinadas	133.043	313.182	325.179
- Cotas subordinadas - classe especial (*)	-	-	236.796
Total do Passivo	163.077	411.022	893.746

(*) Cotas de terceiros

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

	30/06/2012	30/06/2011
Patrimônio Líquido	2.835.814	1.387.190
Prejuízo	(322.576)	-
Patrimônio Líquido	2.513.238	1.387.190
Lucro Líquido	32.226	26.226

Banco Panamericano individual
Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs:
Lucro não realizado nas cessões (229.566) 134.054 (408.775) 26.226
Registro do custo de comissão sobre créditos cedidos 49.453 (29.064) 122.346 (2.276)
Efeitos tributários 72.045 (41.996) 126.960 (5.587)
Banco Panamericano consolidado
2.727.746 **(259.582)** **1.227.721** **50.624**

V. Avas, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs.
O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs. Entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

VI. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs.
No semestre findo em 30/06/2012, o Banco e suas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 545.273 (R\$ 1.264.053 em 30/06/2011), sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no Mercado Aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco Panamericano.

b) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" para para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros e resseguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices com prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou futuros dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionada às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos e apropriados ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão apresentados nominalmente disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 e Circular SUSEP nº 379/08, classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de mercado a termo, futuro e de "swap". São classificadas de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que prevê a adoção dos seguintes critérios:

- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são registrados ao valor de mercado e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa;
- Operações de "swap": são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizado em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foram utilizados o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuras, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA; e
- Operações a termo de mercadorias: são registrados pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, ajustados ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge": Em contas de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como "hedge": São classificados como:
 - a) "Hedge" de risco de mercado - Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de "hedge", têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

f) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para crédito de liquidação do julgamento
As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a diretriz estabelecida e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/09, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

O resultado apurado em operações de venda de ativos com transferência substancial de riscos e benefícios é registrado no resultado do período, na data de sua realização.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros
A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:
Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificadas na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

• Provisões de Prêmios Não Ganhos - PPNG

A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções nº 181/07, nº 195/08 e nº 204/09, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido.

A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes mas não emitidos - é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções nº 181/07, nº 195/08 e nº 204/09 e Circular SUSEP nº 282/05.

• Provisão de sinistros a liquidar

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, liquidada dos ajustes de coseguros e resseguro cedidos. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT ("Seguradora Líder").

• Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções CNSP nºs 181/07, 195/08 e 204/09, é constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial. A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

• Provisão para insuficiência de prêmios - PIP

A provisão para insuficiência de prêmios, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, 195/08 e 204/09, é constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.

• Provisão complementar de prêmios - PCP

A Provisão complementar de prêmios, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, 195/08 e 204/09, é calculada "pro rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. Seu valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída no mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

• Teste de Adequação de passivos - TAP

Conforme Circular SUSEP nº 410, de 22/12/2010, que instituiu o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Seguradora deve avaliar, semestralmente, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas as despesas de comercialização diferidas e ativos intangíveis está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

Conforme a Circular SUSEP nº 446 de 04/07/2012, foi suspensa a elaboração do teste de adequação de passivos para as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

r) Práticas contábeis específicas da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo "Outras Obrigações - diversas" nas demonstrações financeiras consolidadas.

s) Passivos circulante e exigível a longo prazo

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

• Ativos Contingentes e passivos contingentes nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;

• Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e

• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde está sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

u) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativos; (ii) as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. Se dividem em:

i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado

	30/06/2012					
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Ativo						
Circulante	6.160.073	91.566	3.820	6.033	(9.962)	6.251.530
Realizável a longo prazo	8.162.194	215.903	30.007	4.914	(26.681)	8.386.337
Permanente	181.719	16.461	86	10.706	(176.094)	32.878
Total em 30/06/2012	14.503.986	323.930	33.913	21.653	(212.737)	14.670.745
Total em 30/06/2011	11.926.377	301.380	29.759	-	(164.424)	12.093.092
Passivo						
Circulante	6.698.715	139.865	6.953	14.416	(10.150)	6.849.799
Exigível a longo prazo	5.076.150	31.405	10.878	72	(26.681)	5.091.824
Resultado de períodos futuros	1.353	-	-	-	-	1.353
Minoritários	22	-	-	-	1	23
Patrimônio líquido	2.727.746	152.680	16.082	7.165	(175.907)	2.727.746
Total em 30/06/2012	14.503.986	323.930	33.913	21.653	(212.737)	14.670.745
Total em 30/06/2011	11.926.377	301.380	29.759	-	(164.424)	12.093.092

b) Demonstração do Resultado Consolidado

	30/06/2012					
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Demonstração do resultado						
- Receitas da intermediação financeira	1.671.354	9.909	871	100	(974)	1.681.260
- Despesas da intermediação financeira	(1.459.817)	-	-	-	974	(1.458.843)
Resultado bruto da intermediação financeira	211.537	9.909	871	100	-	222.417
- Outras receitas/despesas operacionais	(685.436)	18.211	3.948	5.920	-	(657.357)
- Resultado de equivalência patrimonial	24.554	2.519	-	-	(27.073)	-
- Resultado não operacional	(36.166)	680	-	-	-	(35.486)
- Provisão para IR e CSLL	225.920	(11.584)	(1.630)	(1.870)	-	210.836
- Participação minoritária	9	-	-	-	(1)	8
(Prejuízo)/lucro líquido em 30/06/2012	(259.582)	19.735	3.189	4.150	(27.074)	(259.582)
Lucro líquido em 30/06/2011	50.624	17.812	871	-	(18.683)	50.624

- (1) Representado pelas empresas Banco Panamericano S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs;
(2) Representado pelas empresas Panamericana de Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.;
(3) Representado pela empresa Panserv Prestadora de Serviços Ltda.; e
(4) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Disponibilidades em moeda nacional	6.096	650	7.009	8.593
Disponibilidades em moeda estrangeira	5.852	109	5.852	109
Total de disponibilidades de caixa	11.948	759	12.861	8.702
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.215.125	686.507	1.215.125	686.507
Certificado de depósito bancário - CDB (*)	-	-	-	-
Fundos de renda fixa (*)	-	-	15	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.227.073	687.266	1.228.001	696.379

(*) Inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	30/06/2012					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Banco						
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.055.680	-	-	-	-	1.055.680
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	115.010	-	-	-	-	115.010
Subtotal	1.170.690	-	-	-	-	1.170.690
Posição financiada						
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	44.435	-	-	-	-	44.435
Subtotal	44.435	-	-	-	-	44.435
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	25.112	55.867	44.391	56.746	424.950	607.066
Total	1.240.237	55.867	44.391	56.746	424.950	1.822.191
Consolidado						
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.055.680	-	-	-	-	1.055.680
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	115.010	-	-	-	-	115.010
Subtotal	1.170.690	-	-	-	-	1.170.690
Posição financiada						
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	44.435	-	-	-	-	44.435
Subtotal	44.435	-	-	-	-	44.435
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	24.800	52.502	31.962	48.407	89.893	247.564
Total	1.239.925	52.502	31.962	48.407	89.893	1.462.689
Consolidado						
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	262.191	-	-	-	-	262.191
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.738	-	-	-	-	20.738
Subtotal	282.929	-	-	-	-	282.929
Posição financiada						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	49.999	-	-	-	-	49.999
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	279.261	-	-	-	-	279.261
Subtotal	329.260	-	-	-	-	329.260
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	198.717	63.134	20.164	33.358	135.226	450.599
Total	1.801.906	63.134	20.164	33.358	135.226	1.062.788

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
- Posição bancada	52.406	39.365	52.406	39.365
- Posição financiada	3.851	7.661	3.851	7.661
Subtotal	56.257	47.026	56.257	47.026
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	39.827	74.782	14.610	27.120
Total (nota 7d)	96.084	121.808	70.867	74.146

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30/06/2012 e em 30/06/2011, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Carteira própria:				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	502.265	30.283	502.265	229.108
Notas do Tesouro Nacional - NTN	25.444	-	219.754	-
Cotas de fundos de investimento (1)	545.773	1.264.519	139.898	100.697
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	287	273	287	273
Ações em Companhias abertas	-	20.636	-	20.636
Subtotal	1.073.769	1.315.711	862.204	350.714
Vinculados a compromisso de recompra:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	309.391	325.316	309.391	325.316
Notas do Tesouro Nacional - NTN	257.631	-	257.631	-
Subtotal	567.022	325.316	567.022	325.316
Vinculados à prestação de garantias (*):				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	82.117	462.983	82.117	462.983
Subtotal	82.117	462.983	82.117	462.983
Outras aplicações				
Subtotal	-	-	1	33
Total de títulos e valores mobiliários	1.722.908	2.104.010	1.511.344	1.139.046
Instrumentos financeiros derivativos:				
Diferenciais a receber de "swap"	262.769	22.774	262.769	22.774
Vendas a Termo a receber	-	-	-	-
Total de instrumentos financeiros derivativos				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em "swap" são negociadas em balcão e os contratos futuros, na BM&FBOVESPA.

Indexador	Banco e Consolidado								
	30/06/2012								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor de Custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
"Swap"									
Posição ativa:	1.850.647	3.584	2.229	36.707	9.785	210.464	262.769	277.831	(15.062)
- CDI	176.861	-	-	-	-	-	-	-	-
- Prefixado	115.445	3.584	294	557	2.512	5.521	12.466	6.759	5.707
- Dólar	1.720.341	-	1.935	36.152	7.273	204.943	250.303	271.072	(20.769)
- CDI	7.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.850.647	(116)	(299)	(526)	(30)	(209)	(1.180)	(1.170)	(10)
- Dólar	7.861	(116)	(299)	(526)	-	-	(936)	(1.131)	195
- DI	115.445	-	-	-	-	-	-	-	-
- DJ	1.720.341	-	-	-	-	-	-	-	-
- IGPM	7.000	-	-	(5)	(30)	(209)	(244)	(39)	(205)
Contratos futuros									
Posição ativa:	1.453.351	14.130	-	-	-	-	14.130	14.134	-
- DDI	353.537	11.600	-	-	-	-	11.600	11.600	-
- Dólar	81.200	2.522	-	-	-	-	2.522	2.522	-
- DI1	1.018.614	12	-	-	-	-	12	12	-
Posição passiva:	1.453.351	(1.065)	-	-	-	-	(1.065)	(1.065)	-
- DDI	353.537	(985)	-	-	-	-	(985)	(985)	-
- Dólar	81.200	(1)	-	-	-	-	(1)	(1)	-
- DI1	1.018.614	(79)	-	-	-	-	(79)	(79)	-
Total a receber líquido		16.537	1.930	36.181	9.755	210.255	274.658	289.730	(15.072)

Indexador	Banco e Consolidado								
	30/06/2011								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor de Custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
"Swap"									
Posição ativa:	1.983.395	3.776	142	255	811	17.790	22.774	7.287	15.487
- Dólar	176.323	-	-	-	-	-	-	-	-
- Prefixado	211.752	3.776	142	154	418	3.324	8.714	8.060	(246)
- Dólar	1.595.320	-	-	101	393	14.466	14.960	(773)	15.733
Posição passiva:	1.983.395	(265.672)	(1.560)	(2.082)	(3.506)	(164.217)	(437.037)	(354.742)	(82.295)
- Prefixado	176.323	(265.672)	-	-	-	-	(265.672)	(262.832)	(2.840)
- DI	211.752	-	-	-	(101)	(2.095)	(2.196)	1.244	(3.440)
- DI	1.595.320	-	(1.560)	(2.082)	(3.405)	(162.122)	(169.169)	(93.154)	(76.015)
Total a pagar líquido		(261.896)	(1.418)	(1.827)	(3.405)	(146.427)	(414.263)	(347.455)	(66.808)

Indexador	Banco e Consolidado					
	30/06/2012			30/06/2011		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	286.903	(78.911)	207.992	123.953	(366.804)	(242.851)
Contratos Futuros	110.232	(128.037)	(15.805)	-	-	-
Total	397.135	(204.948)	192.187	123.953	(366.804)	(242.851)

d) Resultado com títulos e valores mobiliários:

Títulos de Renda Fixa	Banco				Consolidado			
	30/06/2012		30/06/2011		30/06/2012		30/06/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Resultado com Cotas Subordinadas	55.622	-	80.558	-	68.058	-	43.622	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	(96.813)	-	(85.595)	-	-	-	-	-
Títulos de Renda Variável	96.084	-	121.808	-	70.867	-	74.146	-
Total	54.893	-	76.541	-	138.925	-	127.238	-

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

As informações sobre a carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de operações de crédito, em 30/06/2012 e 30/06/2011, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco				Consolidado			
	30/06/2012		30/06/2011		30/06/2012		30/06/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	3.823.550	55,26	1.614.908	39,17	3.823.550	55,26	1.614.908	39,17
Empréstimo em consignação	1.003.040	14,50	732.416	17,77	1.003.040	14,50	732.416	17,77
Financiamento a titulares de cartões de crédito (1)	363.271	5,25	519.598	12,60	363.271	5,25	519.598	12,60
Capital de giro	655.177	9,47	248.913	6,04	655.177	9,47	248.913	6,04
Direitos creditórios adquiridos	55.828	0,81	162.003	3,93	55.828	0,81	162.003	3,93
Renegociações	45.168	0,65	152.374	3,70	45.168	0,65	152.374	3,70
Conta garantida	10.577	0,15	86.317	2,09	10.577	0,15	86.317	2,09
Crédito pessoal	108.669	1,57	72.940	1,77	108.669	1,57	72.940	1,77
Títulos descontados	6.800	0,10	4.437	0,11	6.800	0,10	4.437	0,11
Cheque especial	906	0,01	1.127	0,03	906	0,01	1.127	0,03
Financiamentos à exportação	155.225	2,24	-	-	155.225	2,24	-	-
Outros	20.652	0,30	14.258	0,35	20.652	0,30	14.258	0,35
Total das operações de crédito	6.248.863	90,31	3.609.291	87,56	6.248.863	90,31	3.609.291	87,56
Outros créditos (2)	397.030	5,73	513.022	12,44	397.030	5,73	513.022	12,44
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (3)	273.726	3,96	-	-	273.726	3,96	-	-
Total	6.919.619	100,00	4.122.313	100,00	6.919.619	100,00	4.122.313	100,00

	Banco				Consolidado			
	30/06/2012		30/06/2011		30/06/2012		30/06/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	5.488.576	60,44	3.654.002	51,85	5.488.576	60,44	3.654.002	51,85
Operações de arrendamento mercantil (4)	497.020	5,47	886.272	12,58	497.020	5,47	886.272	12,58
Empréstimo em consignação	1.003.040	11,04	732.416	10,39	1.003.040	11,04	732.416	10,39
Financiamento a titulares de cartões de crédito (1)	363.271	4,00	519.598	7,37	363.271	4,00	519.598	7,37
Capital de giro	655.177	7,21	248.913	3,53	655.177	7,21	248.913	3,53
Direitos creditórios adquiridos	55.828	0,61	162.003	2,30	55.828	0,61	162.003	2,30
Renegociações	45.168	0,50	152.374	2,16	45.168	0,50	152.374	2,16
Conta garantida	10.577	0,12	86.317	1,23	10.577	0,12	86.317	1,23
Crédito pessoal	108.669	1,20	72.940	1,03	108.669	1,20	72.940	1,03
Títulos descontados	6.800	0,07	4.437	0,06	6.800	0,07	4.437	0,06
Cheque especial	906	0,01	1.127	0,02	906	0,01	1.127	0,02
Financiamentos à exportação	155.225	1,71	-	-	155.225	1,71	-	-
Outros	20.652	0,23	14.258	0,20	20.652	0,23	14.258	0,20
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	8.410.909	92,61	6.534.657	92,72	8.410.909	92,61	6.534.657	92,72
Outros créditos (2)	397.030	4,37	513.022	7,28	397.030	4,37	513.022	7,28
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (3)	273.726	3,02	-	-	273.726	3,02	-	-
Total	9.081.665	100,00	7.047.679	100,00	9.081.665	100,00	7.047.679	100,00

- Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;
- Refere-se a recebíveis de cartões de crédito com características de concessão de crédito;
- Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (vide nota 9); e
- Registra a valor presente.

b) Composição da carteira por rating e prazo de vencimento:

Rating	Banco							
	30/06/2012							
	Vencidos Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	4.802	455.135	131.935	117.003	339.331	549.186	2.642.535	4.239.927
B	30.458	72.955	38.796	47.101	243.630	232.606	279.024	940.570
C	50.862	28.800	28.759	18.355	57.767	78.645	195.699	462.893
D	54.599	10.874	4.523	4.651	14.305	35.600	150.436	274.988
E	53.010	8.417	4.680	4.694	14.516	24.760	107.421	217.498
F	54.707	5.270	2.340	2.364	7.336	14.860	87.520	174.397
G	44.627	3.514	1.540	1.519	4.728	9.487	51.473	116.888
H	294.301	15.229	5.733	5.673	17.019	32.445	122.058	492.458
Total	587.366	600.220	218.306	201.360	698.632	977.589	6.336.166	6.919.619

Rating	Banco							
	30/06/2011							
	Vencidos Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	5.754	527.091	177.269	162.447	476.440	817.758	3.375.825	5.542.584
B	36.244	78.514	42.337	50.554	253.875	253.148	332.077	1.046.749
C	61.120	37.197	32.238	21.901	68.642	100.364	262.634	584.096
D	64.897	15.662	6.564	6.745	20.748	48.641	188.444	351.521
E	62.961	11.427	6.003	6.033	18.644	33.100	134.405	272.571
F	65.739	7.904	3.531	3.567	11.007	22.374	111.151	225.275
G	55.257	5.548	2.453	2.454	7.615	15.384	71.712	160.423
H	558.287	24.329	9.914	9.935	30.163	59.089	206.729	898.446
Total	910.259	707.672	280.309	263.636	887.134	1.349.678	4.682.977	9.081.665

Rating	Consolidado							
	30/06/2012							
	Vencidos Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

9. CARTEIRA DE CÂMBIO		30/06/2012	30/06/2011
Banco e Consolidado			
Ativo - Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar		292.058	-
Rendas a receber		9.836	-
Total do Ativo		301.894	-
Passivo - Outras Obrigações			
Obrigações por compra de câmbio		263.890	-
Adiantamento sobre contratos de câmbio		(263.890)	-
Total do Passivo		-	-

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS (*)		Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	
Créditos tributários (nota 31b)	2.431.979	1.611.347	2.765.794	1.964.138	
Valores a receber por cessão de créditos	183.320	73.592	183.320	955.685	
Títulos e créditos a receber (a)	397.030	513.022	397.030	513.022	
Imposto de renda a compensar	58.800	59.029	83.635	71.885	
Depósitos judiciais e fiscais	44.356	32.324	56.914	44.161	
Cartões de crédito (b)	15.959	26.467	15.959	26.467	
Valores a receber de empréstimos consignados (c)	25.194	26.370	25.194	26.370	
Valores a receber de sociedades ligadas	2.035	-	-	-	
Valores a receber de bens leiloados	46.293	-	46.293	281	
Valores a receber com venda de direitos creditórios sobre operações de arrendamento mercantil	-	-	5.352	61.256	
Outros	21.771	176.895	27.670	193.781	
Total	3.226.737	3.401.139	3.607.161	3.857.046	

(*) Inclui títulos e créditos a receber
(a) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito com característica de concessão de crédito;
(b) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram; e
(c) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/06/2012 é R\$ 13.065 (R\$ 12.721 em 30/06/2011).

12. INVESTIMENTOS		Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	
a) Controladas:					
Empresas	Capital Social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação consolidada no capital social
			ON	PN	Cotas
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1) (3)	141.521	73.592	11	-	99,970%
Panamericana de Seguros S.A. (1) (3) (5)	71.256	152.848	339.207	106	99,999%
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1) (3) (4)	5.060	7.165	-	-	2,061
Panamericano Adm. e Corretora de Seguros e Previdência Privada Ltda. (3) (6) (7)	1	(188)	-	-	99,999%
Total					
					(165)
					(188)
					285.615
					(5.179)
					47.277

(1) Dados relativos a 30/06/2012;
(2) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
(3) Empresas que tiveram suas informações financeiras do semestre findo em 30/06/2012 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco Panamericano;
(4) Empresa constituída em 15/06/2011;
(5) Em 27/05/2011, a BF Utilidades Domésticas Ltda. vendeu para o Banco Panamericano 67.259 ações ordinárias e 24.712 ações preferenciais da Panamericana de Seguros S.A. O processo foi aprovado pela SUSEP em 09/08/2011;
(6) Empresa constituída em 15/06/2011;
(7) Controlada classificada na rubrica "Passivo a Descoberto";
(8) Controlada constituída em 22/07/2011.

b) Outros Investimentos:		Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	380	380	380	
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	-	304	304	
Incentivos fiscais	-	-	261	261	
Obras de Arte	73	73	73	73	
Prudenshopping	7	-	7	-	
Títulos patrimoniais	-	-	1	1	
Total	460	453	1.026	1.019	

13. IMOBILIZADO		Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	
Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.					
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				30/06/2012	30/06/2011
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	14.148	(11.366)	2.782	3.847
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.588	(1.530)	58	89
Sistemas de processamento de dados	20%	20.764	(17.185)	3.579	3.805
Sistemas de transportes	20%	244	(149)	95	118
Total em 30/06/2012		36.744	(30.230)	6.514	-
Total em 30/06/2011		37.257	(29.398)	7.859	-

Consolidado		Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	
Imóveis de uso	4%	3.162	(258)	2.904	28.006
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	14.878	(11.394)	3.484	3.884
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.668	(1.581)	87	126
Sistemas de processamento de dados	20%	20.824	(17.244)	3.580	3.805
Sistemas de transportes	20%	244	(150)	94	118
Outras imobilizações	-	106	-	106	95
Total em 30/06/2012		40.882	(30.627)	10.255	-
Total em 30/06/2011		67.884	(31.850)	-	36.034

14. INTANGÍVEL		Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	
a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:					
	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				30/06/2012	30/06/2011
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	18.163	(9.209)	8.954	6.983
Beneficentárias em imóveis de terceiros	10%	2.598	(1.291)	1.307	1.738
Outros	10%	1.322	(229)	1.093	4
Total em 30/06/2012		22.083	(10.729)	11.354	-
Total em 30/06/2011		16.704	(7.979)	-	8.725

Consolidado		Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	19.231	(10.038)	9.193	7.052
Beneficentárias em imóveis de terceiros	10%	13.029	(1.718)	11.311	1.738
Outros	10%	1.322	(229)	1.093	4
Total em 30/06/2012		33.582	(11.985)	21.597	-
Total em 30/06/2011		17.571	(8.777)	-	8.794

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:		Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	
Banco	Gastos c/ desenv. e logiciais	Beneficentárias em imóveis de terceiros	Outros (1)	Total	
Saldo no início do semestre	7.759	1.433	-	10.394	
Adições/Baixas	2.681	-	-	2.681	
Amortização do período	(1.486)	(126)	(109)	(1.721)	
Saldo no fim do semestre	8.954	1.307	1.093	11.354	

Consolidado		Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	19.231	(10.038)	9.193	7.052
Beneficentárias em imóveis de terceiros	10%	13.029	(1.718)	11.311	1.738
Outros	10%	1.322	(229)	1.093	4
Total em 30/06/2012		33.582	(11.985)	21.597	-
Total em 30/06/2011		17.571	(8.777)	-	8.794

(1) Refere-se, basicamente, à aquisição de direito de utilização da base de clientes de uma rede de supermercados, visando a sua exploração com o fornecimento de serviços atrelados à emissão de cartão de crédito.

15. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS		Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	
a) Depósitos:					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2012
					30/06/2011
Banco	55.404	-	-	55.404	42.463
• Depósitos à vista (1)	741.234	1.424.664	13.254	80.540	2.259.692
• Depósitos interfinanceiros	48.472	505.389	418.260	1.498.100	2.470.222
• Depósitos a prazo	845.110	1.930.054	431.514	1.578.640	4.785.318
Total em 30/06/2012	135.198	1.295.167	281.699	1.811.432	-
Total em 30/06/2011	-	-	-	-	3.523.496

Consolidado		Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	
Depósitos à vista (1)	52.737	-	-	52.737	41.353
Depósitos interfinanceiros	741.234	1.424.664	13.254	80.540	2.259.692
Depósitos a prazo	48.472	505.389	418.260	1.488.679	2.460.800
Total em 30/06/2012	842.443	1.930.053	431.514	1.569.219	4.773.229
Total em 30/06/2011	134.088	1.295.167	280.591	1.809.244	-

b) Captações no mercado aberto:		Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	
	Até 30 dias	Acima de 360 dias	Até 30 dias	Acima de 360 dias	Total
Carteira Própria	440.048	126.457	566.505	440.048	109.197
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	181.551	126.457	308.008	181.551	109.197
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	258.497	-	258.497	258.497	-
Carteira de Terceiros	44.435	-	44.435	15.915	-
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	44.435	-	44.435	15.915	-
Total em 30/06/2012	484.483	126.457	610.940	455.963	109.197
Total em 30/06/2011	536.614	117.170	653.784	166.695	117.170

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012 (1)	30/06/2011 (1)	
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos e Valores Mobiliários - país	-	-	4.930	878.983	883.913
• Letras Financeiras - LF	-	-	4.930	878.983	883.913
• Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	46.096	98.563	184.189	11.294	340.142
• Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	4.533	41.974	-	46.507
Subtotal	46.096	103.096	231.093	890.277	1.270.562
Títulos e Valores Mobiliários - exterior (1)	-	10.284	407.370	583.424	1.001.078
• Euro Medium-Term Notes	-	10.284	407.370	583.424	1.001.078
Subtotal	-	10.284	407.370	583.424	1.001.078
Total em 30/06/2012	46.096	113.380	638.463	1.473.701	2.271.640
Total em 30/06/2011	-	10.446	3.886	770.432	784.764

(1) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior
Em 22/02/2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total foi de US\$ 500.000 através da emissão de "Euro Medium-Term Notes", dos quais US\$ 200.000 em 26/10/2009 e US\$ 300.000 em 04/08/2010.
O Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores das notas sênior com vencimentos em 26/10/2012 e 04/08/2015, cujas emissões totalizavam, respectivamente, US\$ 200.000 e US\$ 300.000, a opção de resgatar antecipadamente as referidas notas pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27/06 e 12/07/2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$ 900 na emissão com vencimento em 2012 e US\$ 11.400 na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27/07/2011.

A seguir, a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012 (1)	30/06/2011 (1)	
Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	30/06/2012 (1)	30/06/2011 (1)	
199.100	7,00% a.a.	26/10/2012	407.372	316.106	
288.638	5,50% a.a.	04/08/2015			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Diversas:	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Captação de recursos FIDCs	-	-	955.499	1.490.760
Valores a pagar a estabelecimento referente a compras com cartões de crédito	393.592	452.111	393.592	452.111
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (nota 8d)	217.492	168.263	217.492	168.263
Provisão para passivos contingentes (nota 18b)	119.057	104.406	151.826	124.820
Valores a pagar a sociedades ligadas	10.888	95.139	4.335	149
Valores a pagar a lojistas	31.091	42.833	31.091	42.833
Provisão para pagamentos a efetuar	42.838	25.365	55.795	29.951
Arrecadação de cobrança	64.799	24.878	64.799	24.878
Cheques administrativos	14	47	14	47
Obrigações por operações de venda ou transferência de financiamentos	-	-	14.800	140.087
de arrendamento mercantil	-	-	108	49
Depósitos de terceiros	-	-	7.514	8.359
Valores específicos de consórcio	-	-	12.822	117.670
Outros	10.891	114.466	12.822	117.670
Total	890.662	1.027.508	1.909.687	2.599.977

20. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS - CONSOLIDADO
As provisões técnicas - seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisões de prêmios não ganhos:	30/06/2012	30/06/2011
Prestamistas	21.326	758
Acidentes pessoais coletivos	14.288	32.093
Desemprego/perda de renda	26.935	11.176
Rendas de eventos aleatórios	1.576	3.295
Vida em grupo	30	-
Total	64.155	47.322

b) Sinistros a liquidar:	30/06/2012	30/06/2011
Prestamistas	563	1.139
Acidentes pessoais coletivos	3.720	4.369
Desemprego/perda de renda	609	61
Rendas de eventos aleatórios	602	1.216
Vida em grupo	1.231	2.610
Outros	52	15
Subtotal	6.777	9.410
DPVAT	20.413	21.094
Total	27.190	30.504

Do montante de R\$ 6.777 (30/06/2011 - R\$ 9.410), o valor de R\$ 3.576 (30/06/2011 - R\$ 3.218) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	30/06/2012		30/06/2011	
	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado
Perda provável	320	3.576	333	3.218
Total	320	3.576	333	3.218

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados:	30/06/2012	30/06/2011
Prestamistas	7.625	9.060
Acidentes pessoais coletivos	1.014	1.558
Desemprego/perda de renda	578	786
Rendas de eventos aleatórios	578	224
Vida em grupo	5.934	8.364
DPVAT	14.867	8.116
Resseguros	3	35
Total	30.599	28.143

d) Outras provisões:	30/06/2012	30/06/2011
Prestamistas	1.337	168
Rendas de eventos aleatórios	45	-
Vida em grupo	-	351
DPVAT	403	120
Outras Provisões Técnicas de Previdência Complementar	380	94
Total	2.165	733

e) Resultado com operações de seguros:	30/06/2012	30/06/2011
I - Segue o resultado de prêmio de seguros ganhos por ramo:		
Ramo (*)		
Prestamista	2.892	3.793
Acidentes pessoais coletivos	21.575	41.767
Desemprego/perda de renda	4.534	1.179
Renda de eventos aleatórios	640	1.185
Vida em grupo	223	3.633
Danos pessoais (DPVAT)	20.200	19.780
Total	50.064	71.337

II - Sinistros ocorridos por ramo:	30/06/2012	30/06/2011
Ramo		
Prestamista	(1.484)	12.541
Acidentes pessoais coletivos	1.032	(1.869)
Desemprego/perda de renda	1.008	862
Rendas de eventos aleatórios	1.344	1.368
Vida em grupo	(1.486)	13.782
DPVAT	17.906	17.271
Total	18.320	43.955

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em quantidade de ações:
O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30/06/2012 é de R\$ 2.867.020 (R\$ 1.108.091 em 30/06/2011), e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2012	30/06/2011
Ordinárias	292.463.400	131.881.028
Preferenciais	242.612.675	112.462.912
Total	535.076.075	244.343.940

Movimentação do capital social em quantidade de ações
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2011
Aumento de Capital
Quantidade de ações em circulação em 30/06/2012
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, foi aprovado aumento do capital social do Banco Panamericano, acima do limite do capital autorizado, no valor de até R\$ 1.800.000, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção do número de ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, de até 297.520.662 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais.

O preço de emissão foi fixado em R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial, o qual foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, nos termos do art. 170, §1º, III, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), com base na cotação média de mercado das ações preferenciais de emissão da Companhia nos 180 (cento e oitenta) pregões de negociação da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") compreendidos entre 11/04/2011, inclusive, e 27/12/2011, inclusive, sem ágio ou deságio.

Após o prazo para exercício do direito de preferência e dos dois rateios de sobras realizadas, foram subscritas um total de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.758.929. Tendo em vista que o aumento de capital superou o valor de Subscrição Mínima, conforme definido no Aviso aos Acionistas datado de 18 de janeiro de 2012, as sobras não subscritas foram canceladas, conforme faculdade prevista no Aviso aos Acionistas datado de 18 de janeiro de 2012. O processo foi aprovado pelo BACEN em 08/06/2012.

b) Reservas de lucros:
Reserva legal - Nos termos do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido - Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que terá por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:
Em reunião realizada em 27 de abril de 2011, o Conselho de Administração do Banco aprovou, por unanimidade, o cancelamento de distribuição dos juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2010 no valor bruto de R\$ 6.000, que seriam pagos até 30 de abril de 2011.
O cancelamento da distribuição do JCP se justifica tendo em vista que: (i) foram verificadas, conforme divulgado no Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, que as demonstrações financeiras até então publicadas, incluindo as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2010, base da deliberação dos JCP, estavam definitivamente comprometidas em sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante aos princípios contábeis e, portanto, não refletiam a real situação patrimonial do Banco à época, tendo inclusive sido identificadas posteriormente perdas que somadas chegam à ordem de aproximadamente R\$ 4.300.000; e (ii) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2010 e 30 de novembro de 2010, únicas demonstrações financeiras fidedignas da Companhia, apontam a inexistência de lucro líquido, o que impossibilita o pagamento de JCP, de acordo com a legislação em vigor.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 30% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.639/07. Esse dividendo será majorado para 35% a partir da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2013, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012.

Em reunião do Conselho de Administração de 10/02/2012, aprovou-se o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2011, referendados na Assembleia Geral Ordinária de 25/04/2012, no valor bruto de R\$ 16.831, sendo R\$ 0,068882412 brutos por ação (R\$ 0,058550050 líquido de imposto de renda na fonte de 15%), cujo pagamento foi efetuado em 30/04/2012.

d) Depósito de acionista:
Em 31/01/2011, mediante operação financeira complementar, que contou com o conhecimento do BACEN e com o apoio financeiro do FGC - Fundo Garantidor de Crédito, o então acionista controlador (Grupo Silvio Santos) aportou o valor de R\$ 1.300.000 no Banco Panamericano S.A. para assumir os prejuízos decorrentes das irregularidades contábeis adicionais, divulgadas nas demonstrações financeiras de 31/12/2010 do Banco. O objetivo deste aporte foi reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional do Banco.

e) Ajustes de exercícios anteriores:
Durante o exercício de 2011, foram contabilizados valores a título de ajuste de exercícios anteriores, conforme segue:
Banco
- Baixa de contas transitórias (1) 50.789
- Ajuste do passivo de liquidação antecipada em operações de cessão de créditos (2) 195.936
- **Subtotal** 246.725
- Efeitos tributários (98.690)
Total 148.035

(1) Refere-se à baixa de contas transitórias ativas e passivas, pendentes há mais de 180 dias, efetuada no 1º semestre de 2011; e
(2) No 3º trimestre de 2011, o Banco alterou sua política contábil relativa aos valores recebidos antecipadamente de clientes cujos créditos haviam sido cedidos a outras instituições financeiras. Até o 2º trimestre, essas antecipações eram atualizadas pelas taxas de contratação dessas operações, pela expectativa do Banco em ceder novas operações de créditos aoscessionários em troca dessas dívidas. Todavia, a maioria dos passivos de liquidação antecipada estava sendo quitada em espécie pelo Banco, sendo assim atualizados pelas taxas pactuadas nas operações de cessão de crédito. Dessa forma, o Banco decidiu passar a atualizar todos os passivos pelas taxas das operações de cessão de crédito para demonstrar a efetiva obrigação do Banco para com os respectivoscessionários.

22. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Operações de crédito	67.925	86.299	67.925	86.299
Rendas de cartões	43.864	58.646	43.864	58.646
Administração de consórcios	-	-	10.066	7.222
Outras	14.901	7.953	14.916	8.384
Total	126.690	152.898	136.771	160.551

23. DESPESAS DE PESSOAL	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Proventos	33.805	13.122	56.318	18.623
Encargos Sociais	11.366	5.573	19.230	8.028
Benefícios	4.638	1.381	11.721	2.579
Honorários	3.598	4.616	3.598	4.907
Outros	436	98	518	298
Total	53.843	24.790	91.385	34.435

24. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Comissões pagas a lojistas e promotoras	201.348	416.342	251.286	442.476
Serviços de terceiros	155.066	76.314	110.910	91.592
Processamento de dados	29.009	47.560	29.087	48.163
Acordos judiciais (1)	-	33.220	19	34.126
Serviços do sistema financeiro	30.120	30.107	32.682	34.055
Comunicações	19.637	20.617	19.720	20.690
Taxas e emolumentos	23.347	5.643	25.347	13.770
Propaganda, promoções e publicidade	3.930	5.251	4.094	5.273
Aluguéis	7.039	7.133	10.233	6.546
Transporte	2.194	3.606	2.937	3.678
Depreciação e amortização	2.776	2.375	3.317	2.403
Viagens	805	1.102	1.165	1.109
Manutenção e conservação de bens	2.163	1.146	2.844	1.149
Materiais com busca e apreensão de bens	13.528	26.644	13.697	26.891
Materiais de consumo	927	266	1.011	266
Administração de fundos	-	-	2.706	4.907
Outras	22.829	32.787	24.823	20.999
Total	514.718	710.113	535.878	758.093

(1) Despesa reclassificada para "Outras Despesas Operacionais" no 2º semestre de 2011.

25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Contribuição à COFINS	33.946	47.506	42.345	49.931
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.071	9.077	11.446	12.867
Contribuição ao PIS	5.534	7.720	7.148	8.144
Impostos e taxas	15	6.003	1.039	3.164
Total	45.566	70.306	61.978	74.106

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
a) Outras receitas operacionais:				
Atualização monetária de cessões de crédito a receber	2.290	65.037	2.290	65.037
Restituição de prêmios de seguros	25	33.500	25	33.500
Reversão de provisões	44.102	27.667	44.441	27.823
Taxa de Registro de Cartórios - CDC	10.334	6.661	10.334	6.661
Recuperação de encargos e despesas (1)	37.797	27.849	50.918	28.846
Outras rendas operacionais	12.217	19.356	19.658	34.580
Total	106.765	180.070	127.666	196.447

(1) Refere-se à recuperação de valores que foram pagos para as assessorias de cobrança.

b) Outras despesas operacionais:	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Despesa de cessão de operações de crédito	96.188	148.065	101.956	148.065
Prejuízo com operações de crédito/financiamento e fraudes dedutíveis	34.198	23.354	34.198	23.354
Variação monetária passiva	24.457	17.740	27.637	19.363
Constituição de provisões	40.506	9.867	50.371	14.295
Descontos concedidos	11.400	4.519	15.711	4.519
Administração de Apólice de Seguros	-	-	2.184	5.104
Outras	20.279	2.464	32.239	19.338
Total	227.028	206.009	264.296	234.038

27. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Resultado na alienação de outros valores e bens	(33.566)	(72.075)	(31.377)	(70.995)
Resultado na alienação de imobilizado	66	1	746	1
Desvalorização outros valores e bens (1)	(4.751)	-	(4.861)	-
Outros	6	16	6	28
Total	(38.245)	(72.058)	(35.486)	(70.966)

(1) No 1º semestre de 2011, tais valores eram classificados em Outras Despesas Operacionais.

28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Banco			
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Ativo	-	-	Receltas	Receltas
(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas) (n)	(despesas) (n)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Consolidado		
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2011
	Ativo	Ativo	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)
Depósitos interfinanceiros (k)			
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(5.820)
Caixa Econômica Federal	(2.042.118)	-	(6.380)
Panamericano DTVM S.A.	-	-	(246)
Total	(2.042.118)	-	(47.938)
Depósitos a prazo (e)			
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	-	(37)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	-	-	(46)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	(1.712)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(126)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	-
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	-	-	(293)
Pessoal-chave da Administração	-	-	(199)
SSF Fomento Comercial Ltda.	-	-	(9)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	-	(417)
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	-	-	(49)
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	-	-	(10)
Total	-	-	(2.838)
Caixa CDC FIDC (m)			
Silvio Santos Participações Ltda.	-	-	(32)
Pessoal-chave da Administração	-	-	(2.803)
Subtotal	-	-	(2.835)
Caixa Master CDC FIDC (m)			
Pessoal-chave da Administração	-	-	(150)
Subtotal	-	-	(150)
Total	-	-	(2.985)
Obrigações por operações compromissadas (f)			
Banco BTG Pactual S.A.	(166.995)	-	(7.971)
Caixa Econômica Federal	-	-	(150)
Total	(166.995)	-	(8.121)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e serviços (l)			
Pessoal-chave da Administração	(898)	-	(70)
Total	(898)	-	(70)
Outras Obrigações (g)			
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(5.327)
Caixa Econômica Federal	-	-	(94.376)
Total	-	-	(5.327)
Outras despesas administrativas (h)			
Caixa Econômica Federal	-	-	(96)
BF Par Utilidades Domésticas Ltda.	-	-	(1.103)
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	-	(1.187)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	-	-	(76)
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	(753)
Hotel Jequití Ltda.	-	-	(2)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	(36.323)
Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda.	-	-	(1.217)
Panamericano DTVM S.A.	-	-	(4.283)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(66.741)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	(1.118)
Promolider Promotora Vendas Ltda.	-	-	(40)
SSV Santos Participações Ltda.	-	-	(17)
SIS Comércio de Cosméticos e Prod. de Higiene Pessoal Ltda.	-	-	(5)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	-	(6)
Total	-	-	(96)
Resultado obtido na cessão de crédito (j)			
Caixa Econômica Federal	-	-	278.156
Total	-	-	209.546

- (a) Referem-se a aplicações do Banco com taxas equivalentes às do CDI;
 (b) Referem-se a aplicações em cotas subordinadas;
 (c) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados, que são repassados em D+1 e juros sobre capital próprio;
 (d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco;
 (e) Referem-se à captação através de depósitos a prazo efetuados no Banco;
 (f) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;
 (g) Referem-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados através de empresas ligadas, serviços prestados, liquidação de parcelas antecipadas do cessão de crédito e intermediação de títulos e valores mobiliários da DTVM;
 (h) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;
 (i) Referem-se ao resultado obtido na cessão de crédito;
 (j) Referem-se à cessão de crédito e recebimento sem coobrigação;
 (k) Referem-se à captação através de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
 (l) Referem-se à captação através de letras de créditos de agronegócios com taxa de 94% do CDI;
 (m) Referem-se à captação através de cotas do FIDC; e
 (n) Exceto pelas informações da Caixa Econômica Federal, Banco BTG Pactual S.A. e Pessoal-chave da Administração, as demais informações de receitas e despesas referem-se a transações com empresas consideradas como partes relacionadas até 27/05/2011, data da troca do controle acionário do Banco Panamericano.

- b) Remuneração dos Administradores:**
 I. Foi determinado em Assembleia Geral Ordinária de 25/04/2012, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2012 no montante de R\$ 12.590 (30/06/2011 - R\$ 12.590).

Benefícios de curto prazo a administradores (*)

	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Despesas de honorários	3.598	4.616	3.598	4.907
Contribuição ao INSS	793	1.003	793	1.069
Total	4.391	5.619	4.391	5.976

(*) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".
 II. O Panamericano não possui benefícios de longo prazo. O Panamericano não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

- Outras informações**
 Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:
 I. Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - BANCO E CONSOLIDADO

- Gestão de Riscos**
 O Banco possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.
 A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuída à Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- Gestão do Capital**
 O gerenciamento da estrutura de capital busca a otimização da relação risco e retorno, adequando as alocações aos apetites de risco da instituição. O conglomerado tem por definição maximizar a utilização do seu capital a partir da eficiência na composição das suas operações de recursos e os seus respectivos fatores de risco.

- LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA**
 O Banco realiza a mensuração do capital regulatório a partir dos modelos padronizados autorizados pelo CMN e BACEN. Os limites operacionais são apurados mensalmente e, o capital comparado com a exigência decorrente das exposições aos riscos de mercado, risco relacionado à ponderação de ativos (risco de crédito, entre outros), operacional e de taxas de juros da carteira de não-negociação.
 Demonstra-se a seguir o cálculo do Índice de Basileia.

	Sigla	Conglomerado	
		30/06/2012	30/06/2011
0. Patrimônio de Referência - Lim. Imobilização		1.690.422	1.690.422
1. Patrimônio de Referência	PR	2.413.767	1.690.422
1.1. Nível I	PR I	1.608.460	1.126.957
1.2. Nível II	PR II	805.307	563.465
2. Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco	PEPR	1.144.738	1.126.673
3. Parcela de Juros (Pré-Fixados)	PJUR1	10.104	38.735
4. Parcela do Risco Operacional	POPR	164.324	324.901
5. Parcela de Ações	PACS	-	4.598
6. Patrimônio de Referência Exigido (2+3+4+5+6+7)	PRE	1.319.166	1.494.908
7. Parcela do Risco das Posições Banking	RBAN	29.144	71.172
8. Valor da Margem (1-6-7)		1.065.457	124.342
Índice de Basileia (0 x 100)/(7/0,11)		20,13%	12,44%

O Índice de Basileia atingiu 20,13% em 30/06/2012, ante 12,44% em 30/06/2011. A melhoria do Índice decorre principalmente da elevação do capital social do Banco no montante de R\$ 1.758.929, conforme descrito na Nota 21a, dos quais R\$ 1.204.375 foram subscritos pelos acionistas controladores do Banco e que também provocou o aumento de 42,8% no Patrimônio de Referência, chegando a R\$ 2.413.767.

A exigência de capital regulatório, dada pelo Patrimônio de Referência Exigido - PRE em 30/06/2012 apresentou variação negativa de 11,8% em relação à posição de 30/06/2011. A Parcela de Exposição ponderada pelo Risco (PEPR) evoluiu 1,6%, no mesmo período. A combinação da geração de novas operações de crédito de varejo e das operações de cessão de créditos das mesmas (modalidade sem coobrigação) e o incremento das operações de crédito com empresas, explicam esta evolução.

As parcelas referentes ao risco de mercado - (PJUR1 e PACS), que compõe o PRE caíram de R\$ 10.104 em 30/06/2012 para R\$ 38.735 em 30/06/2011. Em 30/06/2012 o banco não possuía exposição em ações (PACS), revertendo a posição de igual período do ano anterior (R\$ 4.598).

A parcela referente ao risco operacional apresentou queda de 49,4% em relação a 30/06/2011, chegando a R\$ 164.324 no final do semestre em decorrência do aumento das exposições de crédito e dos resultados operacionais no último trimestre de 2011.

A exigência decorrente do risco de mercado das operações expostas a taxas de juros prefixadas e não classificadas na carteira de negociação (RBAN) caíram para R\$ 29.144 em relação aos R\$ 71.172 de 30/06/2011 como resultado do maior casamento entre ativos e passivos no fator de risco prefixado e aperfeiçoamento na metodologia com o objetivo de melhor refletir o cenário de queda de taxa de juros verificado nos últimos meses.

O aumento do Patrimônio de Referência superior ao crescimento da exigência de capital regulatório provocou aumento da margem, que encerrou o semestre em R\$ 1.065.457.

- Risco de Crédito**
 Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
 A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

- Risco de Mercado**
 Refere-se à possibilidade de perda devida à oscilação de taxas, descasamentos de taxas e moedas das carteiras ativas e passivas do Banco. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.
 O Banco está exposto aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial, taxa de juros vinculada aos índices INPC, IPCA, IGP/M, SELIC, DI e à variação cambial. As variações cambiais são referenciadas ao Dólar Americano (US\$). Os principais fatores são as taxas prefixadas e os cupons de índice de preço.

As operações e respectivos instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:
Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação e destinadas a *hedge* de outros instrumentos do carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à venda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e
Carteira Banking: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges* e todas as demais exposições não classificadas na carteira *trading*.

A Administração pode alterar os efeitos do risco de mercado das exposições, através de mecanismos de *hedge* e/ou reposicionando ativos e passivos, o que pode mitigar os impactos decorrentes de eventuais cenários desfavoráveis.

Análise de Sensibilidade em 30/06/2012

Fatores de Risco	Carteira Trading e Banking	Cenários (*)		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(2.795)	(703.102)	(1.524.302)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(461)	(4.607)	(11.517)
Moeda Estrangeira	Cambial	(6)	(1.089)	(2.224)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom de Dólar	(51)	(4.576)	(9.112)
Total 30/06/2012		(3.313)	(713.374)	(1.547.155)
Total 30/06/2011		(1.050)	(216.372)	(412.216)

(*) Valores brutos de impostos.
 A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado de 29/06/2012, sendo considerados sempre os impactos negativos nas nossas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e impactos fiscais.
Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 2,0415.
Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 2,2234.
Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 2,5266.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 30/06/2012 e 30/06/2011.

Ativos - Dólar	Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011
Operações de Crédito (ACC/CCE)	363.965	-
Total Ativos	363.965	-

Passivos - Dólar	30/06/2012		30/06/2011	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Divida subordinada	1.720.341	1.771.643	1.062.344	987.960
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	31.320	-	1.001.072	779.050
Total Passivos	1.751.661	1.771.643	2.063.422	1.767.010

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30/06/2012 e 30/06/2011, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Consolidado		Valor de Referência		Valor de Mercado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Ativos - Dólar						
Swap	7.261	-	9.623	-	9.623	-
DDI	322.171	-	11.600	-	11.600	-
DOL	81.200	-	2.522	-	2.522	-
Total	411.278	-	23.745	-	23.745	-

- Risco de Liquidez**
 Refere-se à capacidade do conglomerado de monitorar o descasamento entre os prazos de recebimento dos ativos e aplicações financeiras em comparação ao pagamento das obrigações assumidas. O Banco gerencia diariamente sua liquidez, segundo prevê a Resolução CMN nº 2.804/00.

- Risco Operacional**
 Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, firmos e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos celebrados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle do risco de Resolução. A área de Resoluções, Compliance e Risco Operacional, considera também entre suas responsabilidades as áreas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.477/09, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.panamericano.com.br/ri, Relatório de Gerenciamento de Riscos.

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco e suas controladas contribuem mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco e de suas controladas como patrocinadoras. No 1º semestre de 2012, o montante dessa contribuição foi de R\$ 380 no Banco e R\$ 427 no Consolidado (R\$ 345 no Banco e R\$ 542 no Consolidado no 1º semestre de 2011).

Além desse benefício, o Banco Panamericano oferece aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento. O montante dessas despesas totais no 1º semestre de 2012 R\$ 4.738 no Banco e R\$ 11.855 no Consolidado (R\$ 1.455 no Banco e R\$ 2.736 no Consolidado no 1º semestre de 2011).

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Banco		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(570.657)	(38.836)	(570.657)	(38.836)
Aliquota efetiva	40%	40%	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	228.263	15.535	228.263	15.535
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participação em controladas	(2.072)	18.911	(2.072)	18.911
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	-	-	-	-
Crédito tributário sobre juros de capital próprio	-	-	-	-
Ativação de crédito tributários exercícios anteriores	22.381	-	22.381	-
Outros valores (2)	(491)	36.616	(491)	36.616
Receta de imposto de renda e contribuição social do exercício	248.081	71.062	248.081	71.062
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(470.426)	(16.009)	(470.426)	(16.009)

Aliquota efetiva (3)
 Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)
Efeito no cálculo dos tributos:
 Participação em controladas
 Ajuste de crédito tributário de exercícios anteriores
 Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos
 Crédito tributário sobre juros de capital próprio
 Ativação de crédito tributários exercícios anteriores
 Outros valores (2)

Receta de imposto de renda e contribuição social do exercício
 (1) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3n);
 (2) Em 30/06/2011, os outros valores apresentam a seguinte composição: (i) Fraudes indutíveis de cartões no montante de (R\$ 1.478) (Consolidado - (R\$ 1.478)); (ii) Reversão de PDD do Fundo de Investimento FF Multissegmento, encerrado em 29 de junho de 2011, no montante de R\$ 38.201 (Consolidado - R\$ 59.700); e (iii) Outras adições/exclusões permanentes no montante de (R\$ 107) (Consolidado - (R\$ 78)).
 (3) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada para o Panamericano Administradora de Consórcio Ltda., Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e Previdência Privada Ltda. (25% de imposto de renda e 9% para contribuição social).

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	422.801	233.953	422.801	233.953
Provisão para contingências cíveis	46.656	-	46.	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Como passo preparatório para a Aquisição, a BFRE foi reorganizada a fim de segregar, em uma nova sociedade, as ações de emissão da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários ("Brazilian Capital") - a qual desenvolve as atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação ("Ativos de Gestão"), dos demais ativos e participações detidas pela BFRE. Em adição à participação na Brazilian Capital, não foram igualmente objeto da Aquisição pelo Banco: (i) as atividades de administração de fundos de investimento imobiliários atualmente desenvolvidas pela Brazilian Mortgages ("Atividades de Administração"); e (ii) os investimentos proprietários em cotas de fundos de investimento imobiliários ou em participação detidos direta ou indiretamente pela BFRE e/ou por qualquer de suas Controladas ("Ativos Proprietários").

Os referidos Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários não são de interesse do Panamericano, pois não fazem parte da sua atividade principal de concessão de crédito e financiamento, exigiriam capital mínimo adicional e não possuem sinergia com as suas atividades. Desta forma, foi objeto da Aquisição apenas os ativos de origemação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas Controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities) ("Ativos de Originação, Financiamento e Securitização").

O valor global da Aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, e, portanto, para a aquisição dos Ativos de Originação, Financiamento e Securitização, é de R\$ 940.361 ("Valor de Aquisição").

Em 31/01/2012, foram celebrados com a TPG-Axon BFRE Holding, LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest, os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE").

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Panamericano realizada em 25/04/2012, foi aprovada a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE), conforme os Fatos Relevantes divulgados em 28/12/2011 e 01/02/2012.

Em 19/07/2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. ("BPMB IV"), por meio da qual foi cindido da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos ("Brazilian Capital"). Após a cisão e na mesma data, foi concluída a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e consequentemente dos ativos de origemação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios do Banco e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da BFRE, o Panamericano e a CAIXA celebraram, também em 25/04/2012, um Acordo Comercial por meio do qual a CAIXA adquirirá, mediante solicitação do Banco, letras de crédito imobiliário e certificados de recebíveis imobiliários, emitidos pelo Panamericano ou por Companhia hipotecária ou securitizadora por ele controlada, conforme o caso. Esse Acordo Comercial vigorará pelo prazo de 7 (sete) anos, a contar da conclusão da aquisição da BFRE, e sua validade está condicionada à referida conclusão.

Por fim, o Banco BTG Pactual S.A. (BTG Pactual) e a CAIXA aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31/01/2011 com o Panamericano para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplicará, observada a legislação aplicável, recursos adicionais em certificados de depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Panamericano; e

e) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco Panamericano não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Jorge Fontes Hereda

Vice-Presidente
André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro
Marcos Roberto Vasconcelos
Roberto Balls Sallouti
Marcio Percival Alves Pinto
Fabio Lenza
Antonio Carlos Canto Porto Filho
Roy Martelano
Marcos Antonio Macedo Cintra
Otto Steiner Junior
Mateus Afonso Bandeira

DIRETORIA

Diretor Presidente
José Luiz Acar Pedro

Diretores

Iuri Rapoport
Eduardo Nogueira Domeque
Leandro de Azambuja Micotti
Paulo Alexandre da Graça Cunha
Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Willy Otto Jordan Neto
Carlos Eduardo Pereira Guimarães

CONSELHO FISCAL

Daniela Maluf Pfeiffer
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Paulo Roberto Salvador Costa

COMITÊ DE AUDITORIA

Otto Steiner Junior
Antonio Carlos Rovai
Marcos Wagner da Fonseca

Contabilidade Geral e Tributos
Sergio de Jesus
Contador – CRC 1SP198209/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Banco Panamericano S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Panamericano S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Panamericano S.A. e de suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2012, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Panamericano S.A. e do Banco Panamericano S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas

operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Limites Operacionais Regulatórios

Consoante apresentado na nota 29, os limites operacionais regulatórios na data-base de 31 de dezembro de 2011 encontravam-se desenquadrados dos limites requeridos pelo Banco Central do Brasil. Em 2011 foram aportados recursos, no valor de R\$ 1.300 milhões (nota 21 (d)) e recebido depósito de acionista no valor de R\$ 620 milhões para fins de recomposição patrimonial. Durante o primeiro semestre de 2012, foram subscritos pelos acionistas do Banco R\$ 1.758,9 milhões (nota 29), dos quais R\$ 1.204,4 milhões (nota 29) foram subscritos pelos acionistas controladores do Banco. A subscrição de capital realizada foi aprovada pelo BACEN em 08 de junho de 2012. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 31, existem em 30 de junho de 2012 créditos tributários ativos, no valor de R\$ 2.766 milhões, reconhecidos com base em projeções financeiras e plano de negócios revistos para 31 de dezembro de 2011 e aprovados pelo Conselho de Administração. A realização desses créditos tributários registrados não estámente depende da materialização dessas projeções e plano de negócios na forma como aprovadas pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO BANCO PANAMERICANO S.A.

1. Introdução

De acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria (Comitê) avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Panamericano S.A., o cumprimento e efetividade dos sistemas de controle interno das empresas integrantes do Conglomerado, a correspondente observação das políticas, normas e regulamentos internos, bem como a observância das exigências legais e regulamentares, do sistema de administração de riscos e a atuação independente e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna.

Em cumprimento às resoluções em vigor, o Comitê apresenta este Relatório, que procura detalhar as atividades desenvolvidas durante o primeiro semestre de 2012, bem como enfatizar os aspectos considerados relevantes nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2012.

2. Atividades do Comitê

O presente Comitê é composto por três membros eleitos em 06 de dezembro de 2010. O presidente, Sr. Otto Steiner Junior, é também membro independente do Conselho de Administração. O especialista financeiro é o Sr. Antonio Carlos Rovai, e o Sr. Marcos Wagner da Fonseca cumpre as funções de secretário do Comitê.

As atividades do Comitê, desenvolvidas no primeiro semestre de 2012, englobaram 11 reuniões formais, analisando aspectos e informações de interesse do Banco e de suas controladas que foram consideradas relevantes no desenvolvimento de suas funções.

A íntegra das discussões realizadas nestas reuniões consta nas respectivas atas. Contudo, alguns dos principais assuntos discutidos estão destacados neste relatório, contribuindo para tornar transparente as ações do Comitê de Auditoria.

Especificamente, em reuniões realizadas em 02/05/2012 e 06/08/2012 foram analisadas e aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/03/2012 e 30/06/2012, respectivamente. Os resultados dessas reuniões foram discutidos com os membros do Conselho de Administração. Este exame está detalhado no item 6 deste relatório.

Cabe enfatizar que as avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, de *compliance* e em suas próprias análises.

3. Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos

Durante o primeiro semestre de 2012, o Comitê avaliou, em reuniões com as correspondentes Diretorias, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Banco, com ênfase nos riscos de crédito e de liquidez.

A área de *Compliance* desenvolveu um relatório de acompanhamento de apontamentos realizados pela Auditoria Interna, Auditoria Externa, Fiscalizações de Órgãos Reguladores (BACEN, CVM, SUSEP), exigências legais e regulamentares geradas por novos normativos dos reguladores, deficiências de controle interno e risco operacional. Desde o mês de agosto de 2011, o Comitê de Auditoria tem acompanhado mensalmente a evolução no cumprimento destes apontamentos. O recebimento mensal deste relatório permitiu que o Comitê acompanhasse a situação e cobrasse da Diretoria a necessidade de uma ação coordenada e imediata para atender aos apontamentos, evitando ou minimizando eventuais problemas futuros.

O Comitê de Auditoria, com base nas informações obtidas, considera positivo os esforços que vêm sendo desenvolvidos visando garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado Panamericano. Neste sentido, o Comitê recomenda esforço adicional no processo de adequação às melhores práticas de controle interno ora em fase de implementação.

O Comitê, com base nos trabalhos realizados pelas áreas responsáveis, de *compliance*, pela auditoria interna e pela auditoria independente conclui que não foram identificadas falhas relevantes no cumprimento da legislação, da regulamentação ou das políticas e normas internas e que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

4. Auditoria Externa

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pelo exame de auditoria das demonstrações financeiras, pelo planejamento e execução da auditoria, conforme normas reconhecidas e seu relatório deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco, com observância da legislação vigente e às determinações dos órgãos reguladores.

O Comitê de Auditoria mantém canal de comunicação permanente com o sócio do auditor independente, responsável por emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Panamericano S.A., tanto através das reuniões formais do Comitê de Auditoria, quanto durante o período em que os trabalhos são realizados. Isto vem permitindo a seus membros acompanhar as atividades desenvolvidas pela equipe de auditores e a execução do planejamento de auditoria, tomando conhecimento das eventuais fragilidades de controle interno por eles identificadas e fundamentar suas conclusões sobre as demonstrações financeiras e sobre os controles internos da Instituição.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco Panamericano S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias após procederem ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2012 à vista do Relatório do Comitê de Auditoria, de 06/08/2012, e com base no Parecer dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 06/08/2012, sem ressalvas

e com ênfase em relação aos Limites Operacionais Regulatórios e em relação aos Créditos Tributários Diferidos que, para sua realização, depende da materialização das projeções constantes do plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração (nota explicativa nº 31), entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período.

São Paulo, 06 de agosto de 2012

Paulo Roberto Salvador Costa
Presidente

Daniela Maluf Pfeiffer
Conselheira

Fábio Franco Barbosa Fernandes
Conselheiro

Otto Steiner Junior
Presidente

Marcos Wagner da Fonseca

Antonio Carlos Rovai
Especialista Financeiro

São Paulo, 06 de agosto de 2012